



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Seminário	REUNIÃO Nº: 0667/17	DATA: 07/06/2017	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 09h41min	TÉRMINO: 13h20min	PÁGINAS: 79

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO - Diretor do Ministério do Meio Ambiente.
MOARA GIASSON - Assessora da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.
HERON MARTINS - Representante do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia — IMAZON.
MANOEL SERRÃO SAMPAIO - Superintendente de Programas de Meio Ambiente do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade — FUNBIO.
CLÓVIS RICARDO BORGES - Conselheiro da Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação.
JOÃO PAULO CAPOBIANCO - Presidente do Instituto Democracia e Sustentabilidade — IDS.
DAILEY FISCHER - Consultora Ambiental do Instituto Mater Natura.
FERNANDO PIERONI - Diretor-Executivo do Instituto Semeia.
ÉRIKA GUIMARÃES - Gerente de Áreas Protegidas da Fundação SOS Mata Atlântica.
ANDRÉ CUNHA - Integrante do Laboratório de Biodiversidade e Áreas Protegidas do Departamento de Ecologia da Universidade de Brasília, do Centro de Excelência em Turismo da UnB e do Centro UnB Cerrado.

SUMÁRIO

Debate acerca do tema “As Unidades de Conservação no Brasil: Situação Atual e Oportunidades”.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Bom dia, senhoras e senhores.

Declaro aberto o presente seminário da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que tem como tema *As Unidades de Conservação no Brasil: Situação Atual e Oportunidades*.

O requerimento para a realização deste evento é de minha autoria.

Comunico a todos que o evento está sendo transmitido ao vivo, pela Internet, e poderá ser gravado pela *TV Câmara*, para ser exibido posteriormente, na grade de programação da emissora.

Convido para ocupar a mesa a Sra. Moara Giasson, Assessora da Secretaria de Biodiversidade, do Ministério do Meio Ambiente (*pausa*); o Sr. Heron Martins, Pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia — *IMA ZON* (*pausa*); e o Sr. Paulo Henrique Marostegan e Carneiro, Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade — *ICMBio*. (*Pausa.*) Obrigado a todos.

Há outros participantes da Mesa que vão chegar mais tarde. Então, para ganhar tempo, nós vamos iniciar, senão, dependendo do debate, não conseguiremos terminar no final do dia.

Informo que este seminário está sendo gravado. Por isso, solícito aos palestrantes o obséquio de sempre utilizarem o microfone para as suas intervenções.

Peço ainda aos palestrantes que assinem a autorização para que a Câmara dos Deputados publique suas exposições e utilize suas imagens para transmissão pela Internet e em programas desta Casa.

Senhoras e senhores presentes neste seminário, o Brasil é o País mais biodiverso do planeta, detentor da maior floresta tropical, a Amazônia, e do bioma do Cerrado, a savana com a maior riqueza de espécies endêmicas e, ao mesmo tempo, mais ameaçadas do mundo. Possuímos também 13% da reserva de água e uma extensa faixa de ecossistemas marinhos.

A proteção desse grandioso patrimônio biológico está inscrita na Constituição Federal como uma das incumbências do poder público, para a garantia do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.



De acordo com a Carta Magna, os órgãos das três esferas da Federação têm o dever de implantar medidas que garantam a continuidade dos processos ecológicos essenciais. Esses processos abrangem os ciclos da água e dos nutrientes de gás carbônico e oxigênio, a polinização, a dispersão de sementes, o controle de pragas e as relações entre os seres vivos e desses com o meio físico.

A biodiversidade integra os processos ecológicos essenciais e atua na regulação do clima e na proteção do solo e dos corpos hídricos. Portanto, é essencial protegê-la.

Mais uma vez, a Carta Magna aponta caminhos, determinando que sejam estabelecidos espaços territoriais a serem especialmente protegidos, os quais constituem as nossas Unidades de Conservação. Tais áreas são, sem sombra de dúvida, a estratégia mais eficaz, até o presente, de conservação da natureza no Brasil e no mundo.

Por exemplo, inúmeros estudos apontam que o desmatamento dentro de Unidades de Conservação é incomparavelmente menor que o praticado nas áreas lindeiras a ela. O próprio ato de criação já provoca mudança do uso do solo, na medida em que submete a área à administração do poder público.

Por isso, estamos convictos de que a implantação e a expansão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação são de extrema importância para que alcancemos o cumprimento dos ditames da Constituição Federal.

Entretanto, consideramos também que precisamos dar um passo adiante. É necessário que a população local se aproprie das Unidades de Conservação, que compreenda os objetivos de sua criação e por que as áreas devem ser submetidas a limites para uso do solo.

Esse é o sentido principal do seminário que ora iniciamos. Ao refletirmos sobre os desafios da Unidade de Conservação, devemos, obviamente, discutir os problemas tradicionais que dificultam o seu gerenciamento, como a falta de regularização fundiária, infraestrutura e recursos humanos. Mas a relação de Unidades de Conservação com as comunidades lindeiras e a inserção das áreas no desenvolvimento local são igualmente questões de suma importância para a sua gestão.



A minha visão é a de que, nesse campo, a maioria das Unidades de Conservação possibilita o desenvolvimento de atividades econômicas amigáveis à manutenção da biodiversidade, como o turismo e o extrativismo sustentável. Desse modo, regiões hoje consideradas economicamente marginais podem vir a integrar a economia, calcadas no uso dos recursos locais compatíveis com a Unidade de Conservação.

O turismo é atividade das mais promissoras no Brasil, País de grande potencial paisagístico. Aliado a padrões de sustentabilidade ecológica, ele pode fomentar a conservação, na medida em que os ecossistemas naturais protegidos passam a ser valorizados por constituírem o pilar da economia local.

Especialmente o turismo de base comunitária contribui para a organização econômica das comunidades lindeiras às Unidades de Conservação, com a constituição, por exemplo, de associações de guias, pequenas pousadas e restaurantes.

O turismo também pode contribuir para proteger o patrimônio cultural, bem como estimular a produção artesanal, ampliando o espectro das atividades geradoras de renda.

O extrativismo, por sua vez, possibilita o desenvolvimento econômico com a manutenção da vegetação nativa, sendo uma das mais importantes atividades de uso sustentável da biodiversidade.

Três tipos específicos de Unidade de Conservação têm o extrativismo como um de seus objetivos: a Floresta Nacional — FLONA, a Reserva Extrativista — RESEX e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável — RDS. As duas últimas, especialmente, são criadas para proteger a área de exploração de comunidades tradicionais, como os geraizeiros, os vazanteiros, os caiçaras, os quilombolas, entre outros.

Criar e implantar as Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável amplia a área protegida e as Unidades de Conservação no País, ao mesmo tempo em que garante a manutenção, em suas terras, das diversas comunidades tradicionais dispersas no Brasil. Em vez de engrossar as filas de populações urbanas marginais, essas comunidades podem



permanecer no seu rincão de origem, contribuindo para a perpetuação da biodiversidade brasileira.

Muitos estudos mostram o potencial de desenvolvimento do extrativismo executado dentro dos limites da sustentabilidade ecológica. Ele é, assim como o turismo, atividade geradora de renda, capaz de mudar o padrão de vida das populações do interior do Brasil.

Portanto, fomentar essas atividades significa diversificar a economia rural e a dos pequenos e médios Municípios. Para isso, o turismo e o extrativismo precisam de apoio governamental técnico e financeiro. É essencial promover o acesso ao crédito com juros favoráveis, a capacitação e a organização da cadeia de produção e de distribuição dos produtos extrativistas.

Por fim, consideramos que o desenvolvimento das áreas onde se inserem as Unidades de Conservação devem se basear na gestão biorregional. Nesse modelo, a gestão territorial assume a proteção da biodiversidade como diretriz principal, mas a comunidade local é capacitada para trabalhar e estabelecer projetos, a serem implantados em conjunto com o poder público.

Em última instância, o objetivo é implantar o desenvolvimento sustentável na região, garantindo a conservação da natureza e o incremento da renda e do bem-estar das famílias.

Estamos certos de que este seminário contribuirá para apontar os caminhos que precisamos adotar no sentido de promover o desenvolvimento das regiões onde as Unidades de Conservação se inserem. Esperamos que esse desenvolvimento, ao mesmo tempo, se beneficie da presença da Unidade de Conservação e contribua para a sua proteção.

Esse é o objetivo principal no dia de hoje, deste seminário. Todo mundo acompanha este momento que estamos vivendo agora, em que uma série de ameaças estão, na verdade, se concretizando nos programas governamentais ou na diretriz do Governo Temer, nas medidas provisórias que estão vindo para cá, nos projetos de lei que estão sendo discutidos e avançando dentro desta Casa.

Estamos vivendo um retrocesso muito grande do ponto de vista da política ambiental. Neste momento em que nós vivemos uma crise econômica, com 14



milhões de desempregados, há uma agenda em andamento nesta Casa que, no fundo, vai aprofundar ainda mais essa crise.

Porém, para se conseguir apoio para votar as reformas dessa pauta econômica que está na Casa — eu cito, por exemplo, a reforma trabalhista e a reforma da Previdência —, a agenda ambiental entrou como moeda de troca nesse processo, nesse debate. É só verificarmos o apoio de boa parte da base às propostas de retrocesso na área ambiental e à pauta econômica.

Outro exemplo do que pode ser discutido o votado hoje é o próprio Projeto de Lei do Licenciamento Ambiental.

Todo mundo sabe também que há uma visão que tem força política nesta Casa: a de que as Unidades de Conservação são um impedimento para o desenvolvimento do País. Essa visão não considera os serviços ambientais que essas Unidades de Conservação prestam, inclusive, para as cadeias produtivas, principalmente as ligadas ao agronegócio.

Aqui também nós queremos debater e colocar nessa pauta — que é pouco trabalhada aqui no Brasil, de que há poucos exemplos — o potencial que as Unidades de Conservação têm para fomentar outras cadeias produtivas, gerar emprego, gerar renda, diminuir conflitos regionais que existem nas próprias relações entre elas e as comunidades.

Então, é esse o desafio principal que queremos debater aqui, e fazer o enfrentamento das ameaças que estão lá apresentando-se a agenda positiva neste momento crucial em que o País está vivendo, que necessita buscar caminhos para a superação da crise econômica — e boa parte dela é fomentada pela própria crise política.

Ao mesmo tempo, há um debate na sociedade de que nós precisamos ter um Governo com legitimidade popular para que se continue a debater daqui para frente.

Nós também devemos considerar que há uma oportunidade para nós, na área ambiental, para que haja debate e possamos avançar com uma agenda das cadeias produtivas de baixa emissão de carbono. Aqui especificamente refiro-me ao papel que as Unidades de Conservação têm para ajudar no desenvolvimento do Brasil, na inclusão social e na diminuição da desigualdade, que ainda é muito grande no País.



Agradeço aos convidados por terem aceito o convite para participarem deste evento.

Eu vou começar pelo Sr. Paulo Henrique, do Ministério do Meio Ambiente, que tem de 10 a 15 minutos, por favor.

Na medida em que forem chegando os outros convidados, nós vamos fazendo um giro na Mesa.

O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO - Obrigado pelo convite. Bom dia, Deputado Nilto Tatto; Sra. Moara, companheira de trabalho no Ministério do Meio Ambiente; Sr. Heron, do IMAZON — Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, e a todos aqui presentes.

Acho que é muito importante, nesta semana do Dia Mundial do Meio Ambiente, discutir aqui esse tema, que representa a principal estratégia para a conservação da biodiversidade brasileira. O País é uma liderança ambiental e mundial nessa questão e nós temos realmente que aprofundar a discussão.

Acho que é importante também nossa presença aqui, pelas razões que foram bem apresentadas pelo Deputado. Hoje, nós estamos enfrentando, talvez, o principal ataque ao SNUC — Sistema Nacional de Unidades de Conservação desde a sua promulgação, em 2000. A Lei de Licenciamento revoga dispositivos do art. 36 do SNUC, prejudicando a distribuição da compensação ambiental, um efeito colateral da proposta. Com certeza, isso não foi o alvo da questão, e cerceia todos os órgãos gestores de Unidades de Conservação do País por interferir no processo de licenciamento ambiental de maneira formal.

Acho que essa questão deve ser muito bem discutida durante o processo de tramitação da Lei de Licenciamento, não só por afetar o ICMBio, mas todos os órgãos que geram Unidades de Conservação em outras esferas administrativas.

Aqui, rapidamente, a minha apresentação visa mostrar um pouco como está a situação das Unidades de Conservação Federais e ajudar a desmontar um pouco este discurso de que as Unidades representam entraves ao desenvolvimento. Quando se analisam os números, isso não corresponde à realidade.

Bom, só lembro que o ICMBio este ano completa 10 anos, em agosto. Este foi criado em 2007, pela Lei nº 11.516, e é a autarquia responsável, em âmbito federal,



pela gestão de todo o conjunto de Unidades de Conservação Federais. Sua missão é proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental.

O Instituto é pequeno, não vou entrar em detalhes. Este tem 4 Diretorias, mas o principal é ver que ele é totalmente descentralizado: são 324 Unidades de Conservação e 15 centros nacionais, alguns bastante conhecidos, como TAMAR, o Centro de Mamíferos Aquáticos e outros.

No meio da apresentação, tem algumas imagens do patrimônio natural que está protegido por Unidades de Conservação.

(Seque-se exibição de imagens.)

Este é o Parque Nacional de Aparados da Serra, vizinho ao de Serra Geral, na divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

É importante ver que o Brasil fez um grande esforço para criação de Unidades de Conservação. Aqui só estão os dados federais. Nós tivemos um crescimento muito grande na década de 2000 até 2010. Depois, a aceleração do crescimento diminuiu, mas ainda há crescimento. Hoje, nós temos praticamente 80 milhões de hectares, correspondentes a 9% do território nacional, protegidos em Unidades de Conservação, num sistema que é composto por 12 categorias, que vão das mais restritivas às menos restritivas.

Dessas Unidades, 146 são de proteção integral, com 38 milhões de hectares, mais ou menos; 178 são de uso sustentável, correspondente a 40 milhões de hectares.

Aí, é importante destacar o esforço privado na criação de RPPNs — Reservas Particulares do Patrimônio Nacional. Existem RPPNs federais, estaduais e até municipais. São 665 RPPNs federais, correspondentes a 516 mil hectares. É sempre bom frisar isso, porque esse é um esforço voluntário de proprietários privados que querem contribuir para a conservação e que gravam perpetuamente uma parte da propriedade deles para conservação.

Em dois biomas brasileiros, pantanal e caatinga, o tamanho de áreas protegidas em RPPNs é quase o mesmo de área protegida em Unidades Federais. Então, é muito importante ressaltar o esforço dessas pessoas.

Trago alguns números só para termos uma ideia do que isso representa e do potencial de pesquisa que isso representa: são 43 mil pesquisadores cadastrados no



ICMBio para acessar o patrimônio natural dentro das Unidades de Conservação; foram 22.400 autorizações concedidas de pesquisa; nós recebemos nas Unidades 7,5 milhões de visitantes; 7 mil voluntários; são 12.250 espécies da fauna brasileira avaliadas quanto ao seu estágio de conservação.

Aí, é bom lembrar que o ICMBio é responsável pela avaliação da fauna, e o Jardim Botânico, uma outra estrutura do Ministério do Meio Ambiente, responsável pela avaliação das espécies de flora.

São 455 espécies ameaçadas de extinção — acho que esse número está errado, vamos ver outro em um *slide* mais à frente —, com plano de ação nacional; há 52 mil famílias de extrativistas que são beneficiárias em Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

Esse eslaide mostra o Parque Nacional do Iguaçu.

Bem, depois dessa minha apresentação de números gerais, quero falar um pouquinho sobre criação e implementação de Unidades.

Criação de Unidades de Conservação. Quem trabalha com isso hoje sabe da extrema complexidade. Nós estamos compatibilizando a política pública de proteção ambiental com diversas outras políticas públicas dentro de um processo de negociação que leva várias questões em consideração. Ele parte das áreas prioritárias — um trabalho que foi feito há uns 10 anos e vem sendo revisto periodicamente; considera diversas ações, como atividade de exploração de óleo e gás, hidrelétrica, mineração; e considera as estratégias para proteção das espécies ameaçadas de extinção, que estão determinadas em todos esses planos de ação para cada grupo de espécie. E, aí, com base na distribuição das espécies, no seu *status* de conservação, naquelas oportunidades que são detalhadas pela agenda política e econômica que vivemos e nas ameaças, nós desenvolvemos ou estudamos as propostas.

Hoje, no ICMBio, nós temos 287 propostas de criação de Unidades de Conservação. Isso desde propostas iniciais — em que nós recebemos uma demanda de uma população extrativista de alguma região do País para proteger o território — até propostas praticamente finalizadas. Em função desse grande número de propostas, nós fizemos um seminário no começo do ano e estabelecemos 36 processos prioritários para a criação dessas Unidades. Essa estratégia já teve êxito.



Na segunda-feira, Dia Mundial do Meio Ambiente, nós conseguimos efetivar quatro dessas propostas. Hoje, são 32 que estariam como prioridade.

Uma das questões que nos ajudou a definir esses processos foram questões técnicas e jurídicas que já tinham sido levantadas, como, por exemplo, a sobreposição de Unidades de Conservação federais com Unidades estaduais; a manifestação negativa de governos estaduais — isso ocorre quando um processo, às vezes, está no fim, estamos no fim do limite na delimitação, e existe uma manifestação contrária de algum consultado; a sobreposição de Unidades de diferentes categorias; e algumas questões relacionadas a audiências públicas.

Existe uma tentativa nossa agora de mudar o formato de audiência pública. Nós temos visto que, no nosso modelo de ação, a audiência pública não tem cumprido o papel para o qual ela foi criada, que é informar a população e criar um debate construtivo sobre a Unidade de Conservação, os conflitos e as oportunidades que estão ali inseridos. Então, está sendo estudado um modelo novo, um formato novo de audiência pública que represente uma consulta mais contínua durante o processo de criação, em vez de nós termos um momento único, lá no fim do processo, para consulta à população.

Esse eslaide mostra o Parque Nacional do Monte Roraima.

Sobre criação de Unidades de Conservação, o que eu queria mostrar era isso. Aliás, lembro as quatro unidades que foram ampliadas ou criadas na segunda-feira: o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, uma luta de 18 anos de processo; a Rebio União, que não é conhecida nacionalmente, mas representa a principal estratégia para a conservação do mico-leão-dourado — a Unidade tem um papel estratégico na retirada do mico-leão-dourado da lista de espécies ameaçadas de extinção; a Estação Ecológica do Taim, no Rio Grande do Sul; e o Parque Nacional dos Campos Ferruginosos, no Pará.

Agora vou falar um pouquinho de implementação, e, aí, Deputado Nilto Tatto, nós confirmamos os dados que o senhor colocou. Esses são os dados do desmatamento na Amazônia. A coluna bege representa o desmatamento em hectares total, e, em cima, a linhazinha verde representa o desmatamento dentro das Unidades de Conservação federais.



Então, nós vemos que a linhazinha verde representa uma parcela muito pequena do desmatamento se comparada com o desmatamento fora de Unidades de Conservação, e aquele está concentrado num conjunto pequeno de Unidades. As Unidades foram criadas exatamente para servirem de barreira contra o desmatamento e estão cumprindo o seu papel, mas elas estão na frente do arco do desmatamento sofrendo uma pressão grande.

Como dado de 2016, nós temos que 2,4% do desmatamento total aconteceu dentro de Unidades de Conservação. Desse total de 19 mil hectares de desmatamento, 70% aconteceu num conjunto bem específico de Unidades de Conservação, que são as Unidades de Conservação da BR-163.

Outro número que eu queria destacar aqui é o da área de incêndios, significativamente superior: 1,16 milhão de hectares foram atingidos por incêndio em Unidades de Conservação federal em 2016. Logicamente isso tem um papel grande. O Cerrado aí está bem representado, e o ICMBio vem desenvolvendo uma proposta de manejo integrado do fogo para tentar reduzir um pouco esse número. Lembro que o fogo faz parte do bioma Cerrado, nós não temos como eliminá-lo totalmente.

A participação social na gestão das Unidades de Conservação vem aumentando ao longo dos anos. Das 324 Unidades de que estávamos falando, 278 já estão com conselho gestor instituído. Eles representam uma massa de mais de 5.500 conselheiros, representantes da sociedade civil que acompanham a gestão da Unidade. Lembro que parte dessas Unidades tem conselho deliberativo — as RESEX e RDS. O conselho influencia diretamente a gestão das Unidades.

Existem 7 mil voluntários. O Programa de Voluntariado é antigo, mas houve uma renovação no ano passado. Esse número de voluntários vem aumentando em mais de 130 Unidades.

Há geração de emprego e renda para mais de 50 mil famílias extrativistas. É importante nós ressaltarmos que vários programas que não são geridos pelo ICMBio apoiam essa questão. Nós temos programas governamentais que dão preferência à compra de produtos extrativistas. E o grande desafio é a repartição de benefícios.

No ano passado foi o falecimento do Presidente Rômulo, do ICMBio, que sempre repetia a mesma coisa — era um mantra. Ele dizia que não importa o nosso tamanho, sempre vamos precisar de parceria, sempre teremos que trabalhar juntos,



porque o nosso tamanho nunca vai ser grande o suficiente para atender ao tamanho da missão que temos.

Hoje, no cenário que vivemos, de restrição orçamentária, de sinalização de longo prazo de redução de orçamento, a saída que se aponta é o aprofundamento das parcerias. Se isso antes era uma questão importante, hoje é crucial para o sistema andar.

Vou falar de algumas parcerias para mostrar como nós estamos trabalhando. Temos a gestão compartilhada. O exemplo maior, antigo, é o do Parque Nacional Serra da Capivara, com a FUMDHAM — Fundação Museu do Homem Americano. Foi firmada, ano passado, a parceria do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu com o Instituto Ekos. E nós estamos trabalhando em mais algumas.

Temos parcerias com o setor privado. Cito dois exemplos: concessões florestais e delegações de serviços nas Unidades de Conservação.

Esse eslaide mostra o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, em Minas Gerais.

Concessões florestais. Essa é uma atividade que fica a cargo do Serviço Florestal Brasileiro em parceria com o ICMBio. As Unidades sempre foram muito criticadas por não darem uma alternativa de produção madeireira sustentável. Isso já não é uma realidade hoje em alguns Estados. Hoje, no Norte, mais de 1 milhão de hectares estão sob regime de concessão de floresta. Isso gera 170 mil metros cúbicos de madeira legal por ano. É um volume significativo. Nesse eslaide estão as Unidades de Conservação sob regime de concessão. São sete.

Recentemente, nós tivemos a publicação de um estudo. Ele está sinalizado nessa imagem. É uma tese de doutorado sobre a contribuição econômica do turismo em Unidades de Conservação. O estudo valorou isso. Como não vai dar tempo de comentar essa tabela inteira, vou citar alguns pontos. Diretamente, o turismo, em Unidades de Conservação, gera 23.800 empregos. Considerando o valor agregado em vendas, considerando também os efeitos diretos e os efeitos secundários, ou seja, o indireto e o induzido, temos uma renda, proveniente só da venda de produtos, de 4 bilhões e 100 milhões de reais, gerando 43 mil empregos diretos e indiretos, uma remuneração direta, só desses empregados, de mais de 1 bilhão de



reais, e, conforme o estudo, um valor agregado ao PIB nacional de 1 bilhão e meio de reais.

Esses dados que eu citei são de 2015 — nós não conseguimos ainda fechar os de 2016 —, isso sem considerar a madeira produzida no passado, de que estávamos falando, sem considerar a produção extrativista das 50 mil famílias que estão dentro do sistema e sem considerar as Unidades estaduais. Nós estamos falando aqui só das Unidades federais abertas à visitação.

Nessa tabela vemos os valores de arrecadação do ICMBio só nessas 14 Unidades abertas à visitação. Foram arrecadados 58 milhões de reais em 2016.

As delegações de serviços nas Unidades de Conservação. Nessas parcerias, as concessões são indicadas como um dos mais viáveis modelos. Hoje são quatro as Unidades de Conservação federais com projetos de concessão em andamento: Parque Nacional do Iguaçu, Parque Nacional da Tijuca, Parque Nacional da Serra dos Órgãos e Parque Nacional de Fernando de Noronha.

Nessa imagem, nós temos um planejamento, um indicativo de quais parques teriam editais de concessão de serviços em 2017 e 2018.

Essa imagem mostra o Parque Nacional Marinho de Abrolhos.

Quero dizer, rapidamente, que nada disso é importante se nós não fizermos o monitoramento da biodiversidade. A Unidade está lá para conservar a biodiversidade. Ela quer gerar renda, nós queremos incentivar o turismo, mas precisamos ter o monitoramento. Está sendo implementado um amplo projeto de monitoramento da biodiversidade nas Unidades. Isso vem sendo feito de maneira participativa, com a população local, através da criação de guias. São protocolos simples.

Aqui temos como exemplo o protocolo de borboletas frugívoras, implementado junto com a população. A pessoa identifica, através dos catálogos, as espécies, que são indicadoras da manutenção da biodiversidade.

Quem quiser mais informações sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação está convidado a acessar o Painel Dinâmico de Informações, lançado recentemente. Ele está disponível no endereço: qv.icmbio.gov.br.

Nesse Painel está disponibilizado tudo o que nós temos hoje sistematizado dentro das Unidades — quantos servidores elas têm, qual o custo de cada Unidade,



quando é o plano de manejo, quais espécies ameaçadas foram identificadas, número de famílias beneficiadas por Unidade. Então, é um painel bem dinâmico. Vale a pena acessá-lo. Está tudo ali identificado.

Essa é a Floresta Nacional de Ipanema. Lembro que parte das nossas Unidades, além de proteger o patrimônio natural, protege o patrimônio histórico. Essa Unidade abriga a Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema, inaugurada pelo Imperador, em 1810. A fábrica está dentro de uma unidade nossa.

Por fim, lembro alguns desafios que acho importante apontarmos durante as nossas discussões. Nós precisamos de um marco legal próprio para as delegações de serviços nas Unidades. Hoje nós trabalhamos com uma mescla de legislação que gera insegurança jurídica e fragiliza o modelo.

Nós precisamos avançar no repartimento de benefícios com as populações tradicionais. Elas são responsáveis pela conservação de parte importante do sistema e precisam ser beneficiadas por essa proteção. Nós não vamos ter uma unidade de uso sustentável com sucesso se a população que está lá dentro for condenada à pobreza.

Precisamos incentivar o turismo de base comunitária.

Nós temos um desafio enorme nos serviços ecossistêmicos. A população tem que reconhecer o serviço ecossistêmico prestado. Nós vivemos uma crise hídrica no Distrito Federal. Todos os dias, ouvimos falar do nível dos reservatórios, mas ninguém diz que o Reservatório de Santa Maria está dentro do Parque Nacional de Brasília e que só tem 50% de água porque está dentro da Unidade, senão o nível de água estaria mais baixo, o Reservatório estaria sofrendo com poluição e outros malefícios da ocupação irregular.

Precisamos aprimorar a comunicação com a sociedade. Somos pouco reconhecidos. Todas as vezes que temos um embate, a Unidade é colocada como um ônus a ser carregado pela sociedade, e não a entendemos dessa maneira.

Precisamos aprimorar a gestão participativa.

Temos que garantir a expansão do sistema para efetiva proteção da megabiodiversidade brasileira. O sistema não protege, ele não está bem distribuído no País. A área marinha é mal protegida. Temos que evoluir em alguns ambientes que estão com baixa proteção.



Obrigado, e me desculpem por extrapolar o tempo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Paulo Henrique.

Passo agora a palavra a Moara Giasson, Assessora da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

A SRA. MOARA GIASSON - Obrigada, Deputado Nilto Tatto.

Bom dia a todos. Agradeço o convite feito pela Câmara. Cumprimento os colegas da Mesa, Paulo Henrique e Heron Martins. O Paulo é colega do ICMBio.

Sou Moara Giasson, analista ambiental do IBAMA. Estou no Ministério do Meio Ambiente, na Secretaria de Biodiversidade, desde o final de 2015. Então, a temática, para mim, foi novidade durante um tempo, e agora já estou me apropriando do tema das Unidades de Conservação e de um tema num nível um pouco diferente do que o Paulo apresentou aos senhores.

O Paulo apresentou as Unidades federais. São 327 Unidades federais. Esse número aumentou, felizmente, segunda-feira, com a criação de um novo parque nacional, o Parque Nacional dos Campos Ferruginosos.

Quero apresentar aos senhores um panorama mais geral, um panorama nacional. No Ministério do Meio Ambiente, o Departamento de Áreas Protegidas é o responsável pelo Cadastro Nacional das Unidades de Conservação, por manter o nosso sistema de dados e por estabelecer diretrizes para que as Unidades de Conservação, em nível federal, estadual e municipal, tenham diretrizes únicas e os objetivos de conservação preservados.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esse é o nosso marco legal principal, a Lei do SNUC — Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, que saiu desta Casa em 2000. Depois houve duas regulamentações importantes: o Decreto nº 4.340, de 2002, que sofreu uma série de alterações, e o Decreto nº 5.758, de 2006. Então, esse é o marco que rege o nosso dia a dia. O papel da Secretaria de Biodiversidade, também, é apoiar e incentivar a regulamentação infralegal da Lei do Sistema Nacional.

O que a lei faz basicamente é unificar critérios e normas para criação, implantação e gestão de Unidades. Então, Municípios, Estados e União têm as mesmas regras para implementação e gestão das nossas Unidades.



Para saberem do que estamos falando, porque muitas pessoas me perguntam se tem gente morando dentro de Unidade de Conservação, se não tem, devo esclarecer que temos 12 categorias de Unidade de Conservação.

Por exemplo, temos as Unidades de Proteção Integral, que têm o objetivo básico de preservação, onde não é permitido o uso direto dos recursos naturais, ou seja, da madeira, da água. Não é permitida a captação desses recursos diretamente. Elas são as categorias mais restritas, como chamamos, especialmente a estação ecológica e a reserva biológica, que são Unidades que permitem apenas a pesquisa. O parque nacional, um monumento natural e refúgio de vida silvestre, permite a apreciação, a pesquisa, o turismo científico e o turismo de recreação.

Aqui, temos uma foto do *site* do ICMBio do parque criado na segunda-feira, o Parque Nacional dos Campos Ferruginosos, que protege uma área muito bonita de cavidades naturais subterrâneas e também áreas com vegetação de campo bastante peculiar no Pará.

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros foi ampliado na segunda-feira em mais de 180 mil hectares, passando a ter mais de 240 mil hectares, em Goiás, fica pertinho daqui, é o nosso quintal de Brasília, dos brasilienses.

Temos aqui outros exemplos de Unidade de Proteção Integral, de que o Paulo já falou: a Reserva Biológica União, que protege o mico-leão-dourado; e a Estação Ecológica do Taim, que também foi ampliada na segunda-feira, passando a ter mais de 32 mil hectares — é uma unidade marinho-costeira, na região de banhados do Rio Grande do Sul, belíssima também.

Esse é outro grupo de Unidades, o das Unidades de Uso Sustentável, onde se permite uma série de uso de recursos naturais e inclusive a presença humana. Temos nesse grupo: área de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva extrativista — reserva de fauna ainda não temos nenhuma no País, não é, Paulo? —, reserva de desenvolvimento sustentável e RPPN — Reserva Particular do Patrimônio Natural, que é gerida por instituições, por privados.

Aqui está o nosso mapa. Está um pouco difícil de visualizar, mas há uma concentração de Unidades na região da Amazônia, não pelo número, mas pelo tamanho das Unidades. Em amarelo, temos as terras indígenas, que também fazem



parte de um sistema de proteção da natureza. E aqui estão as Unidades federais, estaduais e municipais.

Que números são esses? Hoje temos mais de 1 milhão e meio de quilômetros quadrados no País no nosso sistema, sendo 17,5% território continental — 9% são Unidades federais — e apenas 1,5% área marinha, em que temos uma demanda grande ainda por conservação; merece um empenho tanto do Governo Federal quanto dos Governos Estaduais, para ampliarmos a proteção marinha. São 2.071 Unidades cadastradas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Sabemos que esse número é maior, especialmente de Unidades municipais e estaduais, porque há certa dificuldade de cadastrá-las no Cadastro Nacional. Temos 327 Unidades federais; 666 Unidades estaduais; 245 Unidades municipais; e um número bastante expressivo de RPPN, reservas privadas, 833 — reconhecidas tanto em nível federal como estadual, e temos o registro de uma Unidade municipal. Sabemos que o número real de RPPN também é bastante maior.

Aproveitamos para convidar todos os que estão nos acompanhando, também pela Internet, a buscar a Secretaria de Biodiversidade, o Departamento de Áreas Protegidas para fazer o cadastro das suas Unidades.

Esses números que citei são os oficiais do Brasil. São os números que reportamos aos organismos internacionais, à sociedade e a esta Casa, nos nossos relatórios.

Nesse eslaide temos um gráfico de crescimento do SNUC, que acompanha, mais ou menos, o gráfico das Unidades federais que o Paulo mostrou aos senhores. As Unidades federais têm um tamanho bastante mais expressivo do que o restante do sistema. Vemos no gráfico um pulo no início dos anos 2000 e depois certa estabilização. Esse gráfico mostra número, área e a diferença, nos verdinhos, Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

Nossas últimas criações do sistema, em 2016, foram 6 Unidades no sul do Amazonas, que hoje estão sob ameaça — há um pedido de revogação dessas criações ou ampliações: APA Campos do Manicoré; Floresta Nacional do Aripuanã; Floresta Nacional de Urupadi; Parque Nacional do Acari; Reserva Biológica do Manicoré; e Floresta Nacional do Amana, que foi ampliada. Essas 6 Unidades representam quase 3 milhões de hectares a mais de proteção, na região sul do



Estado do Amazonas. E ano passado tivemos uma conquista, depois de muitos anos de batalha dos ambientalistas, especialmente da região de São Paulo, que foi o Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes, uma região que concentra muitas espécies ameaçadas de extinção da nossa avifauna, especialmente, e fauna aquática. E este ano, na última segunda-feira, tivemos a conquista da criação do Parque Nacional dos Campos Ferruginosos e da ampliação da Chapada dos Veadeiros, Estação Ecológica do Taim e Reserva Biológica da União. Trouxe isso para comemorarmos aqui juntos.

Nesse gráfico temos uma ideia do que representa o Sistema de Unidades de Conservação no País: 17,5% são Unidades de Conservação — falta atualizar esse dado, faltam aí as nossas últimas Unidades — e 82% são áreas sem Unidade de Conservação. Destes 17,5%, 11% são áreas de uso sustentável e apenas 6,1% são áreas de proteção integral.

No gráfico debaixo — está dividido — temos área de proteção integral e área de uso sustentável. Na primeira coluna, vemos o sistema como um todo. Na segunda coluna, no sistema federal, vemos maior concentração de área de proteção integral, representada pelo verde mais escuro. Vemos o sistema estadual na terceira coluna e o sistema municipal, na coluna mais à direita.

Quanto a esse outro gráfico, é importante mencionarmos o que o Paulo disse: essas Unidades não estão bem divididas nos nossos biomas. O nosso compromisso, o compromisso brasileiro é proteger as nossas áreas como um todo. Hoje nós vemos uma concentração no bioma amazônico, que é a primeira coluna. Quase 27% da área do bioma amazônico está hoje sob proteção. Temos ali os percentuais de proteção integral, no verde do meio, e de uso sustentável, no verde mais claro. E depois seguem: Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa, Pantanal e a Área Marinha. Os senhores podem perceber a nossa dificuldade com Pampa, Pantanal e, de certa forma, Caatinga, que estão sub-representados em termos de área conservada no Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Por que dizemos que eles estão sub-representados? Porque o Brasil, como signatário da Convenção sobre Diversidade Biológica — CDB, assumiu o compromisso com as Metas de Aichi, que foi transferido para a Comissão Nacional



da Biodiversidade, que é o de preservar, até 2020, 17% dos ecossistemas terrestres e 10% dos ecossistemas marinhos.

Nacionalmente, ampliamos nosso compromisso: 30% para Amazônia, 17% para os demais biomas e 10% para os ecossistemas marinhos. É claro que essa conservação não é estritamente em Unidades de Conservação. Nós temos os acessórios na conservação, o sistema de reserva legais, que o CAR — Cadastro Ambiental Rural está nos ajudando a avaliar, quantificar, e a verificar a potencialidade dele e a possibilidade de se somar a esse compromisso também as terras indígenas, os territórios quilombolas e as Áreas de Preservação Permanente, que têm um papel na conectividade entre esses ecossistemas, entre essas áreas protegidas.

Como estamos hoje no atingimento dessas metas? O verde mais escuro representaria os 30%, nessa linha — a Amazônia está quase chegando lá; isso só com o Sistema de Unidades de Conservação, ainda sem reservas legais, terras indígenas e outras formas de conservação. Mas estamos muito abaixo dos 17%, que é a meta nos demais biomas, nessa linha amarela. Os senhores vêm que temos um grande caminho a percorrer para cumprir as nossas metas, para cumprir o compromisso que o Brasil assumiu perante o cenário internacional. A linha azul representaria a área marinha — passar de 1,5% a 10% é um desafio bastante grande. Estamos trabalhando fortemente em relação a isso.

Esse compromisso não se reflete apenas em percentual. O nosso desafio é ainda maior. Nós precisamos fazer com que essas áreas sejam representativas. Os ecossistemas singulares têm que estar representados dentro dessas áreas. Elas precisam ser geridas e manejadas de forma adequada e eficiente, para a conservação. Devem ser manejadas de forma equitativa, ou seja, com a participação da comunidade, com o conhecimento da comunidade dos entornos ou propriamente no interior dessas Unidades de Conservação, e tem que ser respeitada a necessidade da conectividade. Nós não podemos ter as áreas totalmente isoladas. Então, além do desafio do percentual, ainda temos esse desafio da qualidade, vamos dizer assim, da proteção.

Como vamos fazer isso? Precisamos aprimorar informações do próprio Ministério do Meio Ambiente em parceria com o ICMBio e com os órgãos estaduais,



para avaliar a cobertura de outras áreas protegidas — ver como estão as nossas reservas legais, como estão os territórios indígenas; avaliar a representatividade e o grau de proteção nas Unidades de Conservação; ampliar o sistema — não há como fugir disso; confrontar com as Metas de Aichi e o manejo dessas Unidades; saber o quanto os territórios indígenas de fato protegem os ecossistemas e se eles são geridos para essa conservação, se existe um compromisso de gestão dessas áreas para conservação, bem como das reservas legais e territórios quilombolas; verificar quais são as nossas lacunas e quais são as nossas oportunidades de criação de novas áreas. Isso é feito em conjunto com o ICMBio. Como o Paulo falou, temos metas em comum — eram 36 e agora são 32 —, novas áreas, e devemos atuar em conjunto.

A Secretaria de Biodiversidade também tem esse desafio de trabalhar junto com os Estados e os Municípios, e para isso temos algumas formas de auxiliar tanto na questão dos recursos quanto na questão da capacidade técnica.

A compensação ambiental, como o Paulo bem mencionou, pode estar ameaçada, especialmente por alguns projetos de lei, como esse, que está em curso, de licenciamento ambiental. Hoje, ela é uma grande fonte de recurso para as Unidades de Conservação, especialmente, uma prioridade do decreto que regulamenta a Lei do SNUC e coloca esse recurso para regularização fundiária. Assim, cumpre o papel da União de indenizar aqueles que foram desapropriados pela criação dessas Unidades e que cederam suas propriedades para que o Estado possa conservá-las e manejá-las.

Esse recurso da compensação ambiental é prioritariamente dedicado a isso. Então, retirar do ICMBio e dos órgãos estaduais a possibilidade de ter esses recursos para fazer esses pagamentos é prejudicar não só as Unidades, mas também os próprios proprietários que estão há anos buscando essas indenizações.

Nós temos um comitê e destinamos, entre 2011 e 2016, mais de 980 milhões de reais. Portanto, é um recurso significativo e precisa ser bem aplicado nas nossas Unidades.

Além disso, o Governo Federal trabalha muito com propostas de projetos de cooperação internacional, já que o orçamento do Ministério do Meio Ambiente — embora tenha sido revertido o corte orçamentário deste ano, nós conseguimos



recompôr, o nosso Ministro conseguiu recompôr esses recursos — é ainda muito pequeno para apoiar as Unidades federais, estaduais e municipais.

Nós temos quatro grandes projetos de cooperação internacional em andamento hoje. Há o projeto chamado GEF-Mar, que é para conservação de áreas marinhas. A meta desse projeto é conseguirmos, até 2019, ampliar para 5% a nossa área de conservação marinha, entre outros objetivos.

Temos um programa que deve começar ainda este ano, no segundo semestre, para as áreas de Caatinga, Pampa e Pantanal, que são as nossas áreas, depois da área marinha, com déficit maior no percentual de Unidades de Conservação e na própria gestão.

E há outro projeto que vai tratar de apoiar os planos de manejo, especialmente para as Unidades de Conservação federais, em cooperação com a Alemanha.

Temos um projeto novo para o ano que vem, chamado Paisagens Sustentáveis da Amazônia, também financiado pelo GEF — Fundo Global para o Meio Ambiente, que vai atuar especialmente na geração de renda com atividades sustentáveis, no entorno das Unidades, para auxiliar no combate ao desmatamento e na legalização das atividades.

O nosso programa principal, Programa Áreas Protegidas da Amazônia — ARPA, bastante conhecido, vai arrecadar 230 milhões de dólares para a manutenção dessas Unidades ao longo de 30 anos, um período longo de tempo. A Fase III vai até 2039, quando o Governo assumirá toda a manutenção dessas unidades.

Esse é um programa que nos tem ajudado a manter servidores nas unidades de conservação da Amazônia. Imagine a situação de um servidor público que foi colocado sozinho, muitas vezes, numa unidade na Amazônia e não tem nenhum recurso. Com esse programa, temos recebido um retorno positivo desses servidores, que dizem que, se não fosse o ARPA, já teriam pedido para sair há muito tempo. Estão trabalhando muito mais contentes e com muito mais capacidade de realizar bem o trabalho.

Contamos com uma série de doadores internacionais também para gerir esse fundo em parceria com o FUNBIO, que vai falar com vocês mais tarde.



Acho que era isso o que eu tinha a dizer. Há muito mais do nosso Sistema Nacional de Unidades de Conservação para lhes contar, mas, por enquanto, está bom, Deputado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Moara.

Convido para vir à mesa Manoel Serrão Sampaio, Superintendente de Programas de Meio Ambiente do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade — FUNBIO.

Passo a palavra a Heron Martins, do IMAZON.

O SR. HERON MARTINS - Bom dia a todos. Cumprimento os presentes, a Mesa.

Vou falar um pouco sobre as ameaças às áreas protegidas. Meu enfoque não vai ser apenas sobre as unidades federais. Muitas vezes o enfoque é muito voltado para as unidades federais, e as unidades estaduais são deixadas um pouco de lado. Eu vou tentar fazer o enfoque sobre as duas esferas, para mostrar as principais ameaças às unidades de conservação na Amazônia.

A minha apresentação se baseia em três publicações recentes do IMAZON. Essas publicações estão disponíveis no *site* do instituto. Quem quiser obter mais detalhes pode acessar o *site* e consultá-las.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Aí está a nossa Amazônia e a distribuição das unidades de conservação. Representam cerca de 25% da área da Amazônia. É importante ressaltar a disposição dessas unidades de conservação, tanto as estaduais quanto as federais. Elas estão concentradas basicamente numa região em que, no passado, não era a grande fronteira de pressão do desmatamento. O antigo arco do desmatamento alcançava o nordeste do Pará, o Maranhão, descia pelo sul do Pará, pelo norte de Mato Grosso e por Rondônia. Só que esse arco avançou. As concentrações florestais nessas regiões foram diminuindo, e a pressão avançou para outras regiões. Hoje em dia, a grande fronteira do desmatamento na Amazônia é a BR-163, sul do Amazonas, onde existem grandes áreas de unidades de conservação, e isso tem gerado os grandes conflitos.

Este primeiro eslaide mostra a evolução do desmatamento desde 2008 até 2015. Esse é o último dado consolidado do PRODES, projeto oficial do Governo de monitoramento de desmatamento. Podemos verificar que havia uma tendência de



queda de desmatamento até 2012 em áreas protegidas, em unidades de conservação na Amazônia. A partir de 2012 — ano bem significativo, ano da aprovação do Código Florestal e de tudo aquilo mais —, houve um aumento das taxas de desmatamento nas unidades de conservação, tanto federais quanto estaduais. Também observamos um aumento do percentual em relação ao total do desmatamento. Nesse período, houve um aumento de 79% dessa taxa nessas categorias.

Como disse o Paulo, o problema não está afetando todas as unidades de conservação na Amazônia. Ele é bem concentrado. Se conseguirmos repartir, identificamos exatamente quais são as áreas. O total de desmatamento, no período de 2012 a 2015, foi de 237 mil hectares aproximadamente, sendo que 97% desse desmatamento aconteceu em 50 unidades de conservação específicas. Cerca de 80% desse desmatamento está concentrado em apenas dez unidades. É um problema que está bem concentrado em regiões específicas. Eu vou mostrar isso nos próximos eslaides.

Onde estão essas 50 unidades mais desmatadas? Este eslaide mostra que 49% dessas unidades estão no Pará e que 38% estão no Estado de Rondônia. Então, esses são os dois Estados-chaves quando se fala em combate ao desmatamento em áreas protegidas, em unidades de conservação. Quando dividimos essas 50 unidades pelas esferas federal e estadual, fica muito claro onde está o problema. Em Rondônia, das 50 unidades mais desmatadas, oito estão na esfera estadual. Isso mostra que o problema em Rondônia está muito ligado às unidades de conservação estaduais. Nesse caso, só no período de 2012 a 2015, houve o desmatamento de 86 mil quilômetros quadrados. Já no Pará, há uma divisão maior entre esfera estadual e esfera federal, muito devido à pressão que vêm sofrendo as unidades de conservação no eixo da BR-163.

Temos realizado uma discussão muito forte sobre a questão de Jamanxim e de outras unidades dessa região que estão sofrendo essa pressão. Infelizmente, não estão sendo reforçadas as ferramentas de combate ao desmatamento e de proteção dessas áreas. Ao contrário, elas vêm passando por um processo de enfraquecimento, com as MPs. As unidades estaduais também sofrem grande



pressão no Pará. A APA Triunfo do Xingu é uma das unidades mais desmatadas em toda a Amazônia, o que mostra inclusive a fragilidade da categoria APA.

Eu separei as unidades por categorias. Ressalto que a APA é a categoria em que há mais desmatamento entre as unidades de conservação da Amazônia. Isso mostra que existe sério problema de gestão nessa categoria, mostra a dificuldade que ela tem em barrar o avanço do desmatamento.

Isso é muito preocupante quando se fala de recategorização de unidade de conservação. Unidade com capacidade de preservação maior, como uma FLONA ou até uma ESEC, passa a ser uma APA, como vem acontecendo. A APA é muito mais indicada para áreas mais consolidadas. Em áreas tipicamente florestais, é muito mais problemático estabelecer uma APA.

Das 50 unidades mais desmatadas, se retirarmos as dez, fica muito claro onde 80% do problema está. Como eu disse há pouco, a APA Triunfo do Xingu, uma APA estadual, é um foco de desmatamento na região sul do Pará. Ela é também muito importante porque está próxima a outras unidades de conservação, federais ou estaduais. Isso demonstra que existe um polo de desmatamento nessa região e que ela pode estar servindo para arrecadar recursos para possíveis invasões em áreas federais.

Menciono algumas outras das dez unidades mais desmatadas, como a FLOREX Rio Preto-Jacundá, em Rondônia; a FLONA do Jamaxim, que vem passando por esse processo, por essa discussão de redução; a RESEX Jaci Paraná; a APA Rio Pardo; a FLONA Altamira; a APA Tapajós.

Este outro estudo traz dados mais recentes. Nós pegamos dados de monitoramento de agosto e de novembro do próprio IMAZON, por meio do SAD, para verificar onde está a ameaça e a pressão. No caso, a ameaça seria aquele desmatamento no entorno das unidades, e a pressão seria o desmatamento já dentro da unidade de conservação. Nós estabelecemos essas duas categorias e fizemos dois *rankings* separados, para sabermos quais são as mais ameaçadas e as mais pressionadas nesse período.

Os dados basicamente confirmam aquela outra análise de 2012 a 2015, mas chamam atenção para algumas áreas específicas. A área da BR-163, de que falamos agora há pouco, é preocupante. Como a análise é mais recente, nós



consideramos a APA Triunfo do Xingu, que foi alcançada pelas medidas provisórias. Ela se encontra aqui neste *zoom*. Se ela já estivesse efetivada, já seria a unidade de conservação federal mais desmatada da Amazônia. Ela já nasceria no *top* das dez unidades mais desmatadas. Isso é muito preocupante. Em vez de estarmos aumentando, estamos diminuindo a proteção nessa região, que é foco de desmatamento.

Estes *rankings*, com os dados mais recentes de monitoramento, mostram a APA Jamanxim como a número 1 em termos de pressão. Aqui embaixo estão as estaduais também. Verifiquem que a região é sempre a mesma, a região da BR-163, a região sul do Amazonas e de Rondônia. É um problema bem localizado, tanto em termos federais quanto em termos estaduais.

O que nos preocupa nesse processo é a redução de recursos para as instituições que fazem a gestão dessas unidades. Nós temos algumas informações a respeito da queda do número de analistas ambientais do ICMBIO. Isso é muito preocupante. Nós afirmamos que é preciso reforçar essas instituições. Nós temos que tornar as instituições cada vez mais fortes, para que possam realmente fazer a gestão dessas unidades.

Aqui se aborda a questão da queda de recursos do ICMBIO para a gestão dessas unidades. Esse é um ponto que temos destacado bastante. Temos nos preocupado muito quanto a essa capacidade de gestão, de monitoramento e de fiscalização dessas áreas.

Além do desmatamento, a grande ameaça hoje é a redução e a recategorização de algumas unidades de conservação. Eu peguei a Jamanxim como exemplo. Ela é um exemplo entre várias unidades que vêm passando por esse processo de recategorização ou de redução.

Infelizmente, nós não fomos convidados para participar do processo de audiências e discutir a questão da redução de Jamanxim, mas eu trago estas informações, que são bem interessantes. Aqui se vê o limite original da unidade de conservação de Jamanxim, da FLONA; aqui, a imagem conforme a proposta da medida provisória; em verde mais escuro, a ampliação do PARNA e, em verde mais claro, do outro lado, a proposta de APA do Governo Federal. Nós já criticávamos, desde a ocasião da medida provisória, essa proposta, por considerar que é um



processo de redução de proteção numa área fundamental hoje para o combate ao desmatamento. Quando chegou à Câmara e ao Senado essa proposta, ela foi piorada, na nossa avaliação.

Esta é a área que foi ampliada, nessa proposta de APA. Podem verificar que o desenho dessa APA está totalmente entrelaçado dentro da FLONA. A FLONA fica extremamente ameaçada, com limites totalmente artificiais. Quem trabalha na área de conservação sabe que esses limites não são a melhor forma de definição para uma unidade de conservação, pois são limites artificiais, o que vai dificultar muito o processo de gestão dessa unidade futuramente.

Se dermos um *zoom* nessa proposta de redução, vamos verificar que parece que ela vai buscar determinadas áreas específicas dentro da FLONA. É até difícil entender, num primeiro momento, o porquê desse desenho. Nós pedimos informações técnicas, mas não nos foi passado nenhum tipo de relatório que fundamentasse tecnicamente essa proposta de limite. Mas, se pegarmos alguns dados que são públicos, como, por exemplo, dados de embargo federal — o IBAMA foi à região, verificou o desmatamento legal, embargou a área e aplicou multa —, vamos começar a entender um pouco melhor esse desenho.

Em roxo, são as áreas de embargo federal. Qualquer um pode ter acesso a esses dados, estão no *site* do IBAMA, nas áreas embargadas, e pode verificar que essas áreas coincidem bastante com esse desenho que foi definido para essa APA. Parece que elas estão indo buscar essas áreas especificamente. Isso fica muito claro nesse mapa.

Um dos argumentos que foi utilizado no processo de redução é o de que isso vai resolver a questão fundiária e ambiental dessa região. Infelizmente, isso não vai acontecer. Se pegarmos, por exemplo, os dados relativos ao CAR — Cadastro Ambiental Rural, em áreas que os próprios produtores declararam ser utilizadores da terra, se colocarmos isso na FLONA, o que vamos verificar? Vamos verificar que essa APA não vai resolver o problema, pelo contrário. A pressão vai continuar, o incentivo à ocupação do que restou da FLONA vai continuar, e vai continuar avançando, como já está avançando inclusive com CAR dentro de unidade de proteção integral, o que demonstra o interesse nesse processo de ocupação.



Isso é replicado para todas as unidades que estão em processo hoje de discussão de redução. Toda vez que se cria essa perspectiva de redução da unidade de conservação, já se gera um impacto só na discussão.

Este gráfico mostra o desmatamento em áreas que foram reduzidas. Esta linha azul representa o desmatamento na área reduzida; a linha verde, no entorno, e a linha vermelha, num raio de 10 quilômetros. O marco, este eixo, o principal, está no ano da redução dessas unidades de conservação.

Observamos que antes da redução, quando se começa a discutir o processo de redução, já há o aumento do desmatamento na área a ser reduzida. Depois que ocorre essa redução, o desmatamento aumenta consideravelmente. Nós verificamos, com esse estudo, que houve um aumento de mais de 50% nas áreas reduzidas.

Isto aqui pode ser o futuro, pode ser não, provavelmente será o futuro da APA do Jamanxim e de outras áreas protegidas, como as do sul do Amazonas, caso sejam reduzidas.

É um momento crítico este por que passamos. Nós temos que reafirmar o combate ao desmatamento, o combate às emissões de gases de efeito estufa provindas do desmatamento. A redução de áreas protegidas não ajudará nesse processo, pelo contrário, poderá incentivar essa prática.

Então, é o momento de nos posicionarmos, dizermos se realmente somos favoráveis ou não a essas reduções.

Fico aberto aos questionamentos.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Heron.

Eu queria agradecer à Moara e ao Paulo Henrique e pedir que fiquem agora na primeira fila.

Chamo para fazer parte desta Mesa agora Clóvis Ricardo Borges, Conselheiro da Rede Pró-Unidades de Conservação, e João Paulo Capobianco, Presidente do Instituto Democracia e Sustentabilidade — IDS. *(Palmas.)*

Passo a palavra a Manoel Serrão, que dispõe de 10 a 15 minutos.

O SR. MANOEL SERRÃO SAMPAIO - Muito bem, eu vou aproveitar o início deste meu prazo de 10 a 15 minutos de fama para me apresentar. Meu nome é



Manoel Serrão. Eu sou superintendente do FUNBIO — Fundo Brasileiro para a Biodiversidade. Cuido da área programática.

O FUNBIO é uma ONG que foi criada a partir de uma política pública, a Política Nacional da Biodiversidade, e tem como missão aportar recurso estratégico para a biodiversidade. É disso que vou falar aqui.

Sem medo de parecer Pollyanna, eu vou ter a grata satisfação de contar um caso de sucesso. O Brasil, apesar dos pesares, continua sendo um exemplo global em termos de sustentabilidade e de conservação, em particular quando tratamos de unidades de conservação.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu vim falar sobre o ARPA, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia. Começa em 2002, coincidentemente no fim da gestão do Ministro Zequinha, que hoje é Ministro de novo. Esse programa se desenvolveu em várias etapas. Vivemos hoje sua terceira etapa, passando por uma meta muito ambiciosa de conservação de 15% da Amazônia brasileira em áreas protegidas. Isso equivale a 60 milhões de hectares. Para dar uma dimensão, digo que 60 milhões de hectares equivalem a duas Alemanhas. Esse programa, que alcança áreas federais e estaduais, envolve território que equivale ao de duas Alemanhas.

Nós vimos mais cedo aqui a importância da representatividade. E o programa traz isso também. Ele não está concentrado em áreas numa determinada região, ele abrange toda a região amazônica brasileira, com diversas categorias de proteção.

Mas a coisa mais ambiciosa foi, passados os primeiros 13 anos, a constituição de um fundo de transição. A ideia era dar fôlego ao Governo brasileiro para que ele pudesse assumir plenamente a manutenção dessas áreas em 2039. Esse fundo tem 215 milhões de reais alocados e um compromisso dos Governos Estaduais e Federal de incremento dos seus orçamentos. Em paralelo, nós estamos trabalhando também com a criação de mecanismos inovadores.

O que são esses mecanismos? São diversos. Nós sabemos que as oportunidades de financiamento nos Estados, na Amazônia, são heterogêneas. É importante que exploremos isso ao limite. Aqui, se olharmos apenas duas dessas oportunidades, veremos que a primeira é a compensação ambiental. Ela é uma antiga conhecida, mas esbarra em problemas como a incerteza jurídica. Moara



mencionou que 280 milhões são destinados, mas a execução ainda é muito baixa. Por que é baixa? Exatamente por essa insegurança. Nós acompanhamos os esforços do ICMBIO, do Ricardo, da Dra. Silvana em viabilizar essa operação, mas ela não é simples. Ela passa por batalhas cotidianas com o TCU.

Nós mesmos vivemos no Rio de Janeiro uma experiência exitosa, Deputado, pois conseguimos constituir um fundo que hoje tem mais ou menos 300 milhões de reais, e enfrentamos uma ação civil pública movida pelo Ministério Público, porque acredita que a natureza desses recursos é pública e não privada, como preconiza o TCU.

Então, isso fica claro, é patente para nós. É fundamental que haja parcerias entre o poder público e a sociedade civil para que tenhamos outros exemplos de sucesso como o programa ARPA. Mas precisamos ter um ambiente mais atrativo, um ambiente muito mais confortável para que essas relações se deem.

Como foi dito pelo Paulo Carneiro, ninguém faz nada sozinho. O programa ARPA conta com mineradoras, como seus doadores, como a Anglo American — diga-se de passagem, não tem atuação na Amazônia, não tem nenhuma planta na região beneficiada pelo programa, ou seja, não está fazendo apenas trabalho de imagem no entorno dos seus empreendimentos, está indo além —, e com diversos grandes financiadores globais. O que temos aqui é uma demonstração de credibilidade do Governo brasileiro, de credibilidade da participação desse arranjo *multitech holder*.

Como veem, há o ICMBIO, há o Governo Federal, mas há também nove Governos Estaduais na Amazônia envolvidos e um ator privado que funciona como um mecanismo financeiro desse e daqueles quatro programas que a Moara mostrou. Nós somos parceiros do Ministério na execução daqueles quatro programas que foram apresentados aqui.

Em números, esse programa vai proteger 114 unidades, 60 milhões de hectares e 215 milhões de reais alavancados junto àqueles doadores. Esses 215 milhões têm sido um exemplo não só do formato de captação de recursos, mas também desse modelo de gestão de financiamento de longo prazo. Imaginem as dificuldades de projetar o financiamento de 60 milhões de hectares para os próximos 25 anos.



Esse esforço está sendo multiplicado, no Peru, na Colômbia. Existe o interesse do México, de Moçambique, da Guiné-Bissau. Mas por que isso? Porque a gente consegue demonstrar também efetividade.

Estes são dados de um estudo, publicado recentemente, dos últimos 15 anos de investimento de áreas ARPA e não ARPA na Amazônia. Podemos ver aqui que há uma evolução expressiva da proteção dessas áreas. Esse índice 6 é internacionalmente reconhecido como bom. Quando olhamos para as áreas que não tiveram esse apoio, vemos que elas praticamente estiveram estáticas em todos os componentes que analisam a qualidade da gestão.

Então, é necessário que existam programas complementares à ação de governo. É necessário que esses programas estejam umbilicalmente ligados, institucionalizados pela gestão pública. Mas, no curto prazo, isso parece ser uma oportunidade muito boa, como, por exemplo, na discussão que está acontecendo em Nova York agora a respeito do Fundo Azul, em que um *pool* de organizações da sociedade civil se associa ao Governo Federal na construção desse programa e na captação desses recursos e também na sua implementação.

Outro fato relevante é a quantidade de carbono que deixou de ser emitida por essas áreas, graças ao baixo índice de ameaça que elas sofrem quando lhes é garantida uma gestão mínima. Para que tenham uma ideia, esse volume de emissão evitada é equivalente a 1 ano de emissão do Japão.

O programa teve também reconhecimento internacional em mais de uma oportunidade. Eu me lembro de que, em 2007, 2008, na Alemanha, a CEO do Global Environmental Facility se manifestou dizendo que o ARPA era um dos três melhores projetos já apoiados pelo GEF no mundo. Em 2012, o Tesouro americano conferiu um prêmio de excelência a esse programa. Em 2017, o painel independente de avaliação do GEF elencou o ARPA como um dos oito programas transformadores apoiados por aquela organização.

Mas essa opinião não é só externa. Temos também depoimento dos gestores quanto à relevância disso na atuação cotidiana deles. É lógico que não vamos nos ater a cada um, mas o importante é saber que não está sendo feito investimento faraônico. Não estamos fazendo nada que fuja à realidade e à possibilidade de



manutenção futura dessas áreas. A gente consegue, com investimento mínimo, dar qualidade à gestão no âmbito local.

Foi isso que eu trouxe para apresentar a vocês. Se tiverem mais interesse sobre o programa, podem consultar as informações disponíveis no *site* do Ministério, no *site* do ICMBIO, no *site* do FUNBIO. Estamos à disposição para oferecer qualquer esclarecimento adicional.

Muito obrigado, Deputado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Manoel.

Passo a palavra agora para Clóvis Ricardo, da Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação.

O SR. CLÓVIS RICARDO BORGES - Bom dia a todos.

A minha apresentação não vai ser visual, porque eu acho que vale a pena, num evento como este, fazer um aprofundamento da análise de algumas questões que já foram apresentadas, em especial pelos representantes do Governo. A apresentação do Heron complementa bastante bem o que é a realidade hoje da gestão de unidades de conservação.

Antes de tudo, queria cumprimentar os responsáveis pela realização deste evento. Cumprimento o Deputado Nilto Tatto pela apresentação inicial, que foi muito precisa, foi muito calibrada em relação a se demonstrar a necessidade de valorizar as unidades de conservação, mostrar para a sociedade a importância dessas unidades e, ao mesmo tempo, coibir os excessos que vêm sendo apresentados, inclusive nesta Casa, que envolvem desafetação de áreas, atropelamento da própria legislação.

Eu venho do Paraná. Estou aqui representando a Rede Pró-Unidades de Conservação, mas trabalho na SPVS e vivo lá no Sul uma situação que ultrapassou bastante os limites do que seria razoável admitir como excesso do setor produtivo. Nós estamos sendo atropelados por uma agenda de avanço sobre os remanescentes naturais, em áreas que estão dentro ou fora de unidades de conservação.

A primeira abordagem que eu queria fazer e que talvez complemente um pouco o que foi falado aqui diz respeito a mecanismos de atração de recursos privados.



Acabamos de ver uma apresentação do FUNBIO, que é uma instância criada, provocada pelo próprio Ministério do Meio Ambiente e pelo Banco Mundial, na década de 90, para melhorar as condições de gestão de recursos. Existe ainda, no entanto, uma demanda a respeito de onde vêm esses recursos. A Amazônia tem sido prestigiada numa proporção diferenciada, sem dúvida, o que é relevante, mas outros biomas não são tão atendidos.

Existe uma carestia muito grande. Já se falou aqui na estrutura do poder público. Nós vivemos novamente o exemplo do Instituto Ambiental do Paraná, que não contrata há quase 30 anos. Não acreditamos que isso decorra de falta de recursos, e sim de uma política estabelecida para que o órgão se enfraqueça. Os órgãos federais também têm baixíssima condição de assumir suas responsabilidades.

Tenho três exemplos para explorar. O primeiro é um exemplo da Região Metropolitana de Curitiba, em que se estabelece um mecanismo de criação de RPPNs municipais, com instrumento financeiro de troca de potencial construtivo. É bastante interessante. Ele ainda envolve algumas dezenas de unidades de conservação criadas voluntariamente, mas acena com recurso importante, que é a troca de potencial construtivo. Resumidamente, se alguém tem uma área natural e cria uma RPPN, pode trocar a metragem quadrada que esse terreno permitiria pela de uma outra localidade em que um prédio pode ter um, dois, três andares a mais. Em Curitiba, a área de urbanismo regulamenta isso.

Isso é dinheiro, isso pode ser revertido para o proprietário, em troca da decisão de criar RPPN. Segundo a legislação atual, isso pode ser feito a cada 15 anos. Então, a geração futura pode também voltar a vender o potencial construtivo da área. Não é a melhor solução ainda, mas é um aceno de mecanismo financeiro muito diferenciado em relação a qualquer outra prática que conhecemos sobre incentivo no caso de RPPN em nosso País.

Quem tiver curiosidade em conhecer isso, pode recorrer ao próprio *site* da Prefeitura, que oferece informações.

O segundo exemplo que eu queria explorar com vocês é a criação no Brasil de um mecanismo que tenta responder a seguinte questão: por que 99% das empresas constituídas não precisam fazer — portanto, em geral, não fazem isto —



investimentos em conservação da biodiversidade? E por que o discurso de sustentabilidade se limita, da cerca para dentro, aos investimentos de corporações e trata de economia de energia, economia de água, processos, melhoria de tecnologias, reciclagem, etc., situações que praticamente passam a ser uma obrigação para a gestão ambiental de empresas, e deixa de fora a conservação da biodiversidade?

Criou-se um instrumento que virou uma certificação, com o andar da carruagem, para se discutir o que poderia ser uma forma de provocar essa iniciativa privada não atuante na conservação. O nome é Certificação Life. Quem tiver curiosidade sobre isso, por favor, procure por informações também no *site*.

São casos concretos que já existem de empresas certificadas. Uma delas é o Banco ABN, que tem pequena atuação no Brasil, mas tem, e resolveu medir o seu impacto como banco, principalmente no caso das suas atividades — não dos seus empréstimos, mas de suas atividades —, e fazer uma compensação concreta em uma ação de conservação equivalente ao tamanho do seu impacto.

Isso tem sido feito por um grupo de empresas. O Grupo Boticário se certificou a partir desse instrumento; a Posigraf, uma grande gráfica do Paraná, certificou-se também. Essa certificação já se ampliou para desenvolver uma metodologia no Paraguai, já desenvolveu uma metodologia para o setor primário, porque a primeira versão não o atendia, e há uma pretensão de que se torne uma certificação internacional, como o FSC se tornou. Embora não seja uma certificação de conservação da natureza, é o primeiro instrumento de mercado que alia a mensuração de impactos da iniciativa privada e inclusive de empresas públicas a uma ação voluntária de conservação.

O terceiro exemplo é de fora do Brasil. Surpreendentemente para mim — há quase 35 anos trabalho com conservação — está ao nosso lado, na Argentina e no Chile. Trata-se de um investimento privado sem precedentes que um casal resolveu fazer através da criação de uma instituição chamada Conservation Land Trust, que se origina da venda de uma grande corporação. Todo mundo já ouviu falar da North Face. O dono da North Face, o fundador, vendeu a empresa, criou uma fundação de conservação da natureza e começou a criar parques nacionais no Chile e na Argentina.



Eu fico imaginando quando é que vamos ter um exemplo como esse no Brasil. (*Riso.*) Acho que, potencialmente, existe espaço para se discutir isso. Não seria uma pessoa isoladamente, mas sim grupos fazendo negócios.

A expressão que essa instituição usa é “atividade de produção de natureza”, justamente para conciliar isso ao conceito de produção, que está muito mais ligado à indústria, ao agronegócio e ao atropelamento da natureza e não a unidades de conservação.

Essa instituição criou 13 áreas no total. São mais de 8 milhões de hectares. Desse total, 1 milhão de hectares foram adquiridos com infraestrutura. E se iniciou, a partir do ano passado, uma doação dessas áreas, havendo condicionantes para o Governo. A iniciativa privada, portanto, está ajudando países como a Argentina e o Chile.

Para mim, há uma novidade em relação ao comportamento da população. Eu desconhecia o fato de os argentinos entenderem muito mais do que nós sobre o sentido e a importância das unidades de conservação. Esse é um desafio a ser superado por nós. Na Argentina, a sociedade tem um sentimento de empoderamento e de valorização das unidades de conservação que nós precisamos incorporar.

Para finalizar, quero apenas falar sobre a necessidade que nós temos, além do estabelecimento de mecanismos, da busca parcerias, como o Paulo colocou, de fazer um combate e realizar uma ação de ativismo contra a degradação, que, muitas vezes, é patrocinada pelo próprio poder público ou atrelada a iniciativas de setores que pressionam o poder público e o inibem de fazer a proteção dos recursos naturais.

Quero dar como exemplo uma iniciativa do Ministério Público Estadual do Paraná, que criou um programa chamado Mata Atlântica em Pé. O programa vai fazer uma espécie de Operação Lava-Jato quanto aos desmatamentos ocorridos no Paraná nos últimos 10 anos, usando como base o *Atlas da Mata Atlântica*, da SOS Mata Atlântica. Vai pegar 20% desses desmatamentos licenciados pelos órgãos ambientais e 80% dos desmatamentos ilegais. A transparência é uma das propostas desse programa. O nome de quem licenciou e da instituição que licenciou e o nome do proprietário vão para a mídia, a partir dessa iniciativa do Ministério Público.



Queria aproveitar a oportunidade para rapidamente dar como exemplo o trabalho do IMAZON, que é extraordinário e mostra a importância do monitoramento paralelo ao monitoramento que o Estado faz sobre degradação. Isso é fundamental! A SOS faz isso na Mata Atlântica, e o IMAZON está fazendo isso na Amazônia. Essas são demonstrações de que a pressão que o poder público e as instituições ligadas ao meio ambiente recebem também precisa ser contraposta a ações paralelas que a iniciativa privada possa colocar. Não se trata de contrapor ou de criticar os órgãos ambientais, mas sim, justamente, de fortalecê-los, para colaborar com uma política que os fortaleça e permita que retornem ou componham uma estrutura capaz de fazer frente aos desafios que têm e que hoje não conseguem enfrentar.

Eu quero fazer uma última observação sobre outra questão que foi levantada aqui, a respeito do uso de recursos de compensação, multas, etc. Há uma percepção prática, a partir de exemplos concretos, de que muitos desses recursos acabam tendo uma destinação equivocada. Deveria existir, por parte do poder público, uma discussão mais aprofundada e ordenada sobre a destinação desses recursos. Eu não estou falando de compra de terras para resolver o problema da dominialidade dessas áreas nas unidades de conservação. Esse é um recurso que não precisa de muita discussão, a não ser sobre qual seria a prioridade, sobre qual seria o ponto inicial. Estou falando de recursos que são usados para a execução de projetos.

Finalizo com o tema da necessidade de termos indicadores de conservação. Indicador de conservação não é avanço social. Indicador de conservação não diz respeito ao rendimento da floresta. Indicador de conservação não aponta que o projeto foi de 100 milhões, 200 milhões ou 300 milhões de reais. Indicador de conservação é indicador de conservação. Onde é que estão os nossos indicadores de conservação?

Há os estudos que o Governo Federal vem fazendo, os planos com espécies ameaçadas e a demonstração de que o investimento foi realizado em conservação da biodiversidade. Fazer avanço social com dinheiro de conservação deveria ser crime, ou a comprovação de que o investimento na questão social ou o incremento



econômico geraram resultado em conservação, senão a rubrica está sendo usada equivocadamente.

Então, acho que, na Amazônia, na Mata Atlântica, no Cerrado, os investimentos em conservação, que são raros, que são limitadíssimos, têm que estar voltados responsabilmente à conservação da natureza. E nós cometemos um ato falho — acho que é uma questão conceitual —, um desvio muitas vezes pouco percebido de que esse dinheiro gera emprego, gera renda, gera produção, e degrada mais, dependendo da situação, e é vendido como um recurso investido em conservação da natureza.

Eu fico por aqui. Agradeço muito pelo convite. É uma honra poder participar de um evento desta magnitude num momento em que o próprio Deputado reconhece que muito poucos têm a postura que ele está demonstrando aqui.

Douglas Tompkins, que era o dono da North Face, que eu tive a felicidade de encontrar pessoalmente há mais ou menos 3 anos — ele infelizmente faleceu —, confidenciou-nos que 2% da população são tratáveis para falar de conservação da natureza, do ponto de vista dele. Eu consideraria que o nosso Congresso talvez não chegue aos 2%. Essas pessoas têm que ser valorizadas e impulsionadas, justamente para se mostrar que isso é uma prioridade no nosso País.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Clóvis.

Vou passar a palavra agora a João Paulo Capobianco, do Instituto Democracia e Sustentabilidade. Tenho um prazer muito grande em passar a palavra para ele. Eu lhe agradeço pela aceitação do convite, pela colaboração, pelas ideias sobre a realização deste seminário. Tenho João Paulo Capobianco como um mestre. Apreendi muito com ele.

João Paulo está com a palavra.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - Muito obrigado. Aumentou a minha responsabilidade agora. (*Riso.*)

Bom dia a todos.

Antes de mais nada, eu queria agradecer ao Nilto e à Câmara pelo convite, pela iniciativa, que é extremamente importante. Eu acho singular que esta Comissão esteja debatendo unidades de conservação exatamente no momento em que mais



iniciativas contra as unidades de conservação estão em curso. Então, é extremamente importante a oportunidade de trazermos para o Congresso Nacional um outro ponto de vista sobre a relevância dessas unidades, que infelizmente não vêm sendo tratadas da forma adequada, do meu ponto de vista.

Para mim é uma satisfação estar aqui. Frequentei muito este Congresso. Eu estava no Governo. Há muito tempo eu não via uma iniciativa para se discutir a questão ambiental de forma aprofundada, como esta agora, na gestão de Nilto Tatto nesta Comissão. Excelente!

A minha ideia é apresentar rapidamente dois aspectos sobre essa questão das unidades de conservação.

O primeiro diz respeito à contribuição das unidades de conservação para o controle do desmatamento na Amazônia. Esse é um aspecto fundamental.

O controle do desmatamento ocorre no Brasil inteiro, evidentemente, mas vou me referir especificamente à Amazônia, porque é o nosso tema da Mesa. Todos nós sabemos que o controle do desmatamento na Amazônia é um fator central para qualquer política do Governo Federal, em qualquer área de atuação, ambiental, socioambiental, etc. Nesse sentido, devem ser levados em conta as populações tradicionais e os povos indígenas.

A maior contribuição brasileira, por exemplo, para emissões de gases de efeito estufa vem justamente do desmatamento florestal, que ocorre, em grande parte, na Amazônia. Então, é fundamental tratar a questão do desmatamento de forma adequada. E vou procurar mostrar rapidamente o papel central, extremamente importante que as Unidades de Conservação representam para esse fato. Depois fico à disposição para aprofundar o que for necessário.

Em outro ponto, vou rapidamente tratar de uma história que vem sendo veiculada por algumas pessoas. É a história de que o Brasil já tem muitas Unidades de Conservação e, por isso, não precisaria criar mais nenhuma; é a história de que os proprietários rurais já preservam tudo. Vou tratar um pouco desse aspecto, para refletirmos a respeito dessas afirmações que eu considero simplistas demais.

Esse quadro inicial que estou apresentando trata de um levantamento que desenvolvi em um trabalho na Universidade de São Paulo, analisando as iniciativas implementadas na Amazônia pelo Governo Federal de 1990 até 2010. O objetivo era



identificar, ao longo do tempo, como o Governo aumentou os esforços no combate ao desmatamento na Amazônia e que iniciativas mais utilizou para buscar o controle do desmatamento.

Compõem este quadro as 515 iniciativas identificadas e analisadas. Observem que o primeiro item trata de gestão territorial e ordenamento fundiário, sendo a criação de Unidades de Conservação um dos mais importantes aspectos. No período anterior aos anos 2000, foram criadas 48 iniciativas em relação a esse item, num total de 77 iniciativas. Quer dizer, a maior parte das iniciativas do Governo Federal foi em gestão territorial. De 2000 a 2010, foram criadas 53 iniciativas em 134 iniciativas.

O que cresceu muito na última década analisada foram as ações de fiscalização e controle, multiplicadas em mais de quatro vezes. Por que isso? Por causa das ações da Polícia Federal, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA, por tudo aquilo que ficou conhecido nos anos 2000.

Basicamente, eu queria chamar a atenção para esta primeira linha, que mostra a importância da gestão territorial nas ações de governo. Como eu falei, foram 515 iniciativas efetivamente implementadas pelos governos nessas 2 décadas. Esse gráfico mostra a evolução dessas iniciativas, por categoria, de 1990 até 2010.

A primeira categoria representa as iniciativas de exploração florestal sustentável. Observem que há um crescimento dessas iniciativas na década de 2000 a 2010. O maior investimento foi em 2006, com várias iniciativas que envolviam a gestão de florestas públicas: veio uma lei, depois um decreto e várias ações para a licitação de florestas com o fim de exploração sustentável.

O segundo ponto é monitoramento, fiscalização e controle. Observem como essas iniciativas cresceram e como foram importantes nos anos 2000, período que coincide com uma redução muito importante do desmatamento na Amazônia.

Agora olhem essa categoria de unidades de conservação e gestão territorial. A maior parte das iniciativas se destina a Unidades de Conservação. Observem o enorme investimento feito para que essa ferramenta fosse adotada no controle do



desmatamento. Então, as Unidades de Conservação foram consideradas estratégicas, o que explica o seu crescimento exponencial a partir do ano 2000.

Esse eslaide mostra a parte de informação, com a adoção de sistemas *on-line* de monitoramento e acompanhamento de desmatamento e iniciativas também muito intensas a partir de 2004, com o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia — PPCDAM.

Percebe-se uma gestão integrada entre Ministérios, ou seja, um esforço do Governo em unir as ações e incentivar a conservação e o uso sustentável. O objetivo desse gráfico não é debater cada caso, mas mostrar a importância das Unidades de Conservação na estratégia de combate ao desmatamento na Amazônia — e não é para menos.

Olhem só esse mapa. Ele mostra as Unidades de Conservação criadas ao longo do tempo, nas décadas de 60, 70, 80 e 90 e nos anos 2000. A cor marrom representa as Unidades de Conservação criadas de 2003 a 2010, justamente dentro do PPCDAM, que permitiu reduzir o desmatamento na Amazônia em 80%.

Observem que a estratégia adotada foi a de criar Unidades de Conservação relevantes para a conservação ambiental e socioambiental. Isso inclui as Reservas Extrativistas, as Reservas De Desenvolvimento Sustentável e as comunidades locais. O objetivo foi formar o que ficou conhecido como barreira verde, e a estratégia foi aliar a importância da região do ponto de vista socioambiental, principalmente ambiental, além de priorizar as áreas de maior pressão de ocupação, as quais correriam o risco de ser descaracterizadas em curto prazo.

O Jamanxim, por exemplo, fez parte de uma estratégia extremamente ambiciosa de se controlar o local de explosão do desmatamento, que cresceu mais de 1.000% em 2 anos, no entorno da BR-163. Por quê? No final do Governo Fernando Henrique Cardoso, foi anunciado o asfaltamento da rodovia, que gerou uma corrida especulatória para lá, e a região saiu do controle.

Então, todas essas Unidades de Conservação foram criadas para controlar esse desmatamento. O resultado foi um conjunto de Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais, no período de 2000 a 2014. Há áreas de relevante interesse ecológico, estações ecológicas, projetos nacionais. Aqui estão as categorias de Unidades de Conservação e a área total das categorias em 2014, o



que elas representavam, em termos de relevância, no conjunto das áreas protegidas, mas o mais importante está aqui: a única que superou 1% da área protegida dos desmatamentos verificados no conjunto dessas unidades foi a área de floresta nacional e estadual. A maior parte foi em florestas estaduais. Observem que todas as categorias de unidades de conservação, fora a Área de Proteção Ambiental — APA, que não está incluída aqui, tiveram desmatamento abaixo de 1% no período de 2000 a 2014.

Este gráfico mostra um dado que acho muito importante para refletir. Ele exhibe as áreas de proteção integral agrupadas, uso sustentável agrupado, excluída a APA. Mais uma vez ela é excluída, pois, quando colocada, ela desvia a análise, porque infelizmente as APAs não têm sido objeto de uma ação de planejamento e ordenamento firme. Então, elas acabam sendo áreas muito degradadas.

Se eu considerar todas as Unidades de Proteção Integral, todas as de uso sustentável, as terras indígenas e comparar com o que aconteceu fora delas, olhem só: nas Unidades de Proteção Integral, a taxa de desmatamento, em termos de comparação, é de 5 quilômetros quadrados em cada mil quilômetros quadrados protegidos. Ou seja, em cada mil quilômetros quadrados de Unidade de Conservação criada, a média de desmatamento verificada no período de 2000 a 2014 foi de 5 quilômetros quadrados. Quando a unidade é de uso sustentável, esse número sobe para 11 quilômetros quadrados. Mas, quando você compara com a área de floresta fora das unidades de conservação, é de 114 quilômetros a cada mil quilômetros quadrados. Vocês percebem a diferença? O simples fato de uma área estar dentro de uma Unidade de Conservação reduz dramaticamente o processo de desmatamento, mesmo que essa unidade não tenha sido efetivamente implantada como deveria ser. Infelizmente, não temos essa realidade ainda.

Observem que a proteção das Unidades de Conservação e das terras indígenas também significa um potencial enorme de conservação, uma contribuição absolutamente fundamental. Este gráfico busca mostrar isso. Vejam que esta linha aqui é a taxa de desmatamento médio entre os anos 2000 e 2004, portanto, 4 anos.

Deixem-me explicar bem isso. Uma Unidade de Conservação com determinada área foi criada num determinado ano. O que o estudo que nós fizemos mostrou? Consideramos esse polígono antes de ser Unidade de Conservação e



depois de virar Unidade de Conservação. Está clara a ideia? Trata-se da mesma área geográfica. Antes de ser uma Unidade de Conservação, o polígono dessas áreas apresentou este ritmo de desmatamento: em 4 anos, saiu de uma média de 25 mil hectares para quase 80 mil hectares. Não é a Amazônia toda, somente essas Unidades de Conservação.

A média anual do desmatamento nessas áreas, antes de serem transformadas em Unidades de Conservação, era de 47.376 hectares, ou seja, a tendência era que, se isso continuasse, essas áreas seriam praticamente todas degradadas.

O que aconteceu em 2004, em 2005 e em 2006? Aquelas áreas que estavam tendo essa média de desmatamento foram convertidas em Unidades de Conservação por decreto presidencial. Vejam o que aconteceu com o desmatamento.

Se considerarmos a média de 2000 a 2004, que era de 47 mil hectares, e compararmos com a nova média, de 2005 a 2014, observaremos que houve uma queda de 47.300 hectares para 16.800 hectares, ou seja, continua havendo desmatamento, mas não em todas as áreas, apenas em algumas delas. No entanto, vejam a diferença: houve uma redução de 64,4% pelo simples fato de aquelas áreas terem se transformado em Unidades de Conservação.

Então, a contribuição dessas Unidades de Conservação para a proteção da Amazônia é absolutamente central e estratégica. Observem estes dados, considerando as unidades criadas na região, principalmente aqui, no entorno da BR-163 e também fora, no Juruena. Vejam a redução do desmatamento: houve uma queda de 80% a 90%. A única Unidade de Conservação que não apresentou redução de desmatamento, logo no início, foi Campos Amazônicos, no sul do Amazonas, em função de um problema de especulação muito intenso que havia ali. Mas o conjunto é este que está aí.

Esse é um fator absolutamente central, Deputado, que eu queria esclarecer. As Unidades de Conservação constituem uma estratégia e um pilar fundamental do controle do desmatamento na Amazônia. Todos os dados revelam isso sobejamente, como, aliás, o IMAZON mostrou há pouco aqui, comparando inclusive o entorno, etc. Então, elas são extremamente importantes.



Qualquer sinal que parta do poder público de revisão dessas áreas tem o efeito imediato de estimular a sua invasão, a sua degradação. Isso foi exatamente o que aconteceu com Jamanxim, onde foi cometido um atentado — e não só pelo Parlamento. Eu queria deixar isso bem claro.

Embora o Ministério do Meio Ambiente não goste quando eu digo isso, sou obrigado a dizer que quem errou foi ele, que agiu de forma irresponsável. Ao perceber o processo de invasão da FLONA do Jamanxim, que o IMAZON mostrava claramente, o poder público não agiu de forma concentrada e eficaz no controle do desmatamento, mas iniciou uma discussão sobre a revisão de limites.

Quando o Governo Federal, no caso o Ministério do Meio Ambiente, e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade — ICMBio sinalizaram que haveria possibilidade de rever os limites, o que ocorreu imediatamente, conforme o IMAZON mostrou? Uma explosão do desmatamento. O sinal foi dado: *“Olhe, nós estamos querendo rever essa área”*. O que aconteceu? Aqueles que queriam ocupar a área correram para desmatá-la, correram para ocupá-la o mais rápido possível, para que eles pudessem ser contemplados na revisão de limites. Isso foi um erro absurdo de estratégia.

Eu estive no Ministério do Meio Ambiente, em setembro do ano passado, quando ele finalmente voltou a realizar o Seminário de Análise dos Dados do Desmatamento na Amazônia, que havia sido paralisado durante a gestão da Presidente Dilma.

A única coisa que eu disse, naquela reunião, foi que era necessária uma sinalização clara e imediata com relação às Unidades de Conservação, especificamente Jamanxim, porque nós estamos numa escalada de retomada do desmatamento. Qualquer sinal de revisão de Unidade de Conservação vai ser um fator detonador do estímulo ao desmatamento.

O Governo não só ignorou as recomendações — não só as minhas, mas as de ené técnicos e as de várias pessoas que lá estavam — como também editou uma medida provisória, que é a forma mais irresponsável de se propor uma revisão de limites de Unidade de Conservação.

Unidade de Conservação é coisa séria. Ela não pertence a um órgão público. Ela é da sociedade. Uma vez criada, ela é escrita no nosso sistema jurídico, devido



à Constituição, como patrimônio da sociedade brasileira. Um Ministro ou um Presidente da República não pode ter o condão de se desfazer dela como acha que deve, com base no parecer dos seus próprios técnicos. Ele tem que encaminhar um projeto de lei para o Congresso, para que entre em tramitação, dando oportunidade a todas as partes de serem ouvidas, para se buscar uma solução que seja a mais consensual possível, unindo aquilo que o Clóvis falou, ou seja, os indicadores de conservação com as demandas da sociedade. Não pode ser única e exclusivamente uma demanda da sociedade.

O caso de Jamanxim é pior, porque a demanda nem era e nem é de populações locais, de agricultores familiares, de populações de baixa renda. A demanda no Jamanxim é de pecuaristas que têm 10 mil hectares. Trata-se de favorecimento de um grupo de elite, pessoas que não precisariam disso, pessoas que deveriam seguir a lei e desenvolver sua atividade com responsabilidade, fora das Unidades de Conservação, mas que apostaram na ilegalidade e foram premiadas com essa maldita medida provisória.

Agora, graças a um movimento enorme, há uma forte resistência. O pedido de veto à medida provisória que altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim e do Parque Nacional de São Joaquim ganhou uma dimensão extremamente importante, inclusive com a adesão internacional relevante de instituições que financiam a conservação da Amazônia. Essas instituições estão suspendendo os financiamentos em função do risco de destinarem recursos para a proteção da Amazônia e, amanhã, o Governo decidir implementar políticas de conservação que prejudiquem seus investimentos. Ninguém quer correr esse risco, porque elas têm responsabilidades perante suas sociedades na Europa e nos Estados Unidos. Então, essa situação ganhou uma dimensão muito grande.

Finalmente, para encerrar, chamo a atenção de V.Exas. para uma história que considero resultado de pouca análise de dados reais. Dizem que o Brasil já criou muitas Unidades de Conservação e que não precisa criar mais. Isso não é verdade.

Primeiro, o mundo inteiro está criando Unidades de Conservação de forma acelerada. Não só o Brasil faz isso. Não se trata de uma conjuntura nacional, embora o Brasil tenha sido o país que, entre 2004 e 2009, mais contribuiu com a criação de Unidades de Conservação no mundo, em termos percentuais. O Brasil é



reconhecido, pela Convenção sobre Diversidade Biológica, como o país que fez o maior esforço de conservação, com a criação de Unidades de Conservação.

Mas vejam aqui o mundo todo. Olhem o salto que houve em 1992, 2003 e 2014 — são décadas —, em relação ao crescimento de Unidades de Conservação. Nós saímos de um patamar, em números de áreas protegidas, de 50 mil para quase 250 mil em todo o mundo, e tudo se concentrou nas últimas 3 décadas. Nós saímos de 2,5 milhões de quilômetros quadrados e vamos chegar a 35 milhões de quilômetros quadrados protegidos no mundo todo. Então, falo de algo que não é só o Brasil que está fazendo.

O Brasil estava indo bem, mas, no último Governo, de um mandato e meio, praticamente foi pífio na criação de Unidades de Conservação. No Governo atual, do Presidente Michel Temer, nós tivemos boas notícias. No dia 5, o Governo anunciou a ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, o que é maravilhoso, pois é uma demanda de décadas; a ampliação da Estação Ecológica do Taim, que era uma demanda também de muitas décadas; e também a criação do Parque Nacional dos Campos Ferruginosos, no Pará, o que é muito importante. Isso tudo é fantástico. Mas os números estão muito abaixo, falta muito ainda.

Agora, para encerrar, faço a seguinte pergunta: como está o nosso panorama? Como o Brasil está em relação aos compromissos assumidos? Isso é importantíssimo.

Este eslaide mostra as Unidades de Conservação do Brasil em 2015. Os dados não estão atualizados para 2016. Se pegarmos os biomas brasileiros — Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa, Pantanal —, o que acontece? Qual é o quadro brasileiro? Qual é a referência? A referência é a Convenção sobre Diversidade Biológica, por meio da qual todos os países se comprometem a atingir uma meta de conservação, de que pelo menos 17% de cada bioma estejam protegidos como Unidades de Conservação.

Quando comparamos a situação do Brasil em relação a essas metas, vejam o que acontece. Vamos pegar a área do bioma e a meta do quanto deveríamos ter protegidos. Estão aqui os números: existem 8,5 milhões de quilômetros quadrados no País, em diferentes biomas. Então, nós deveríamos ter pelo menos 1,45 milhão de quilômetros quadrados protegidos. Quando olhamos os números, vemos o



seguinte: de Unidades de Conservação de Proteção Integral, temos quase 500 mil quilômetros quadrados; de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, tirando as APAs mais uma vez, temos 550 mil. Total: 1 milhão e 79 mil. Você pode dizer: *“Eu precisava de 1,45 milhão e tenho 1,079 milhão. Até que está indo, não está tão ruim”*. Mas o problema é quando olhamos os biomas brasileiros, como disse o Cláudio. Vejam o que acontece no que se refere à conservação dos biomas: a Amazônia tem 22,9% de conservação; a Caatinga, 1,3%; o Cerrado, 3,23%; a Mata Atlântica — a nossa gloriosa Mata Atlântica —, 2,79%; o Pampa, 0,37%; e o Pantanal, 4,62%.

Então, existe um déficit de criação de Unidades de Conservação. E não é um número inventado por nenhum ambientalista, não é um número inventado por nós aqui. E ninguém está mancomunado com nada. É um número assumido pelo Brasil em termos de compromisso. O Brasil é signatário da Convenção da Biodiversidade. E, entre as Metas de Aichi, o País se comprometeu a cumprir aquela que o obriga à conservação efetiva de 17% dos biomas.

O quadro é este aqui: um déficit de 367 mil hectares no global. No entanto, se pegarmos por bioma, veremos que a situação é bem complicada. As Unidades de Conservação são fundamentais no seu papel precípua de conservar a diversidade biológica, são essenciais no seu papel de controlar a degradação dos biomas brasileiros.

Há um déficit a ser cumprido. Nós temos que manter a pressão positiva para que o Governo brasileiro de fato dê a proteção adequada para o conjunto de biomas. Não basta dizer: *“Ah, nós temos na Amazônia 22,9%. Então, cumprimos o nosso compromisso”*. Não cumprimos o nosso compromisso. O nosso compromisso é conservar a nossa diversidade biológica, e, para isso, nós temos que atuar em todos os biomas de forma adequada. Portanto, o desafio é enorme.

As grandes lideranças do chamado agronegócio, todas as lideranças esclarecidas — e existem lideranças não esclarecidas, muitas delas aqui no Congresso Nacional —, que normalmente estão fora do Congresso Nacional, dizem todos os dias que nós podemos triplicar a produção da agropecuária sem desmatar uma árvore. São dados do ex-Ministro Roberto Rodrigues, do Governo do Presidente Lula, o grande líder do setor do agronegócio. Ele diz que, mesmo com as



demandas do novo estudo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura — FAO, que espera que o Brasil aumente sua produção em 40% para atender as demandas futuras da humanidade — e o Brasil é um grande *player* para isso em razão de suas terras e de sua capacidade tecnológica —, o País não precisa desmatar mais nada, basta continuar o processo virtuoso de aumentar a produtividade nas áreas de produção e utilizar melhor os milhões de quilômetros quadrados de pastagens subutilizadas e já desmatadas.

Portanto, nós temos a grande oportunidade de ampliar a conservação e fazer dessa política uma política afirmativa que dê fruto para o nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, João Paulo Capobianco.

Como já estão aqui os participantes da última Mesa, cujo tema é *O Desafio da Implementação das Unidades de Conservação no Brasil*, consulto os senhores se podemos compô-la de imediato. (*Pausa.*)

Então, Clóvis, João Paulo, Heron, Manoel, evidentemente vocês estão dispensados da Mesa, em função do horário. Fiquem à vontade.

Convido para compor esta última Mesa a Sra. Dailey Fischer, Consultora Ambiental do Instituto Mater Natura; o Sr. Fernando Pieroni, Diretor-Executivo do Instituto Semeia; a Sra. Érika Guimarães, da Fundação SOS Mata Atlântica; e o Prof. Dr. André Cunha, do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, do Centro UnB Cerrado e do Departamento de Ecologia, da Universidade de Brasília. Agradeço a todos por terem aceitado o convite. (*Pausa.*)

Passo a palavra à Sra. Dailey Fischer, do Instituto Mater Natura.

A SRA. DAILEY FISCHER - Bom dia a todas e todos.

Eu sou Dailey e vim aqui conversar um pouquinho com vocês a respeito dos corredores. Gostaria muito de agradecer o convite e a oportunidade de falar sobre o tema. Eu vim contar, então, a experiência da Rede Gestora do Corredor das Araucárias.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Eu vou tentar contextualizar muito rapidamente a história dos corredores no Brasil. Eles são um conceito que sofre um processo de evolução, que começou com



os corredores do Projeto Corredores Ecológicos, na década de 1990. Inicialmente eles foram pensados como estratégias de planejamento regional integrado.

Houve à época duas iniciativas desenvolvidas: uma na Amazônia, com 21 milhões de hectares, e outra na Mata Atlântica, com 12 milhões de hectares — o Corredor Central da Amazônia e o Corredor Central da Mata Atlântica.

No ano de 2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza — SNUC trouxe um conceito que, dependendo da interpretação que se dá, fica um pouco mais restrito a esse conceito amplo de planejamento regional integrado. Ele trata de ecossistemas naturais ou seminaturais e especifica a ligação entre Unidades de Conservação, pensando no fluxo gênico entre elas e no movimento da biota.

Na sequência, em 2008, houve uma nova proposta em relação aos corredores de biodiversidade, e ela foi materializada num edital lançado pelo PDA Mata Atlântica. Partindo de nove áreas preliminares de estudo, foram selecionadas três para o trabalho: a primeira delas, no Nordeste, resultou em uma proposta de corredor de quase 10 milhões de hectares; a segunda pega sete Estados, abarcando Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio de Grande do Sul, que é o Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná, com 8,5 milhões de hectares; e a terceira é o Corredor das Araucárias, com quase 7 milhões de hectares, que é o foco do nosso diálogo hoje.

Mesmo depois do SNUC, o edital trazia um conceito de corredor ecológico na perspectiva do Projeto Corredores Ecológicos da década de 90, que define esses corredores como Unidades de Planejamento Regional, tentando a conexão entre Unidades de Uso Integral, Unidades de Uso Sustentável, áreas privadas, enfim, buscando abranger as diferentes modalidades de áreas protegidas, para possibilitar esse planejamento integrado de ações de conservação.

Para quem não conhece a floresta com araucária — é importante destacar que é floresta com araucária e não de araucária —, nela há várias outras espécies associadas que são superimportantes para a ecorregião.

Falando um pouco da nossa experiência, o Projeto Corredor das Araucárias teve como proponente a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental — SPVS. Ele foi feito em consórcio com seis instituições do terceiro setor



e a Universidade Estadual de Ponta Grossa e contou com uma série de parceiros ligados principalmente ao Governo e responsáveis pela gestão das Unidades de Conservação.

Para fazer e conduzir esse processo de planejamento, foi criada uma rede gestora, cuja nomenclatura foi sugerida inclusive dentro do próprio edital. O Corredor da Mata Atlântica do Nordeste usou a nomenclatura “conselho gestor”; e os outros dois projetos selecionados, o Corredor do Rio Paraná e o Corredor das Araucárias, usaram a nomenclatura “rede gestora”, mas acabam funcionando mesmo como uma rede integradora. Ao longo da exposição, vocês vão entender o porquê.

Nós tínhamos uma gama de instituições que compunham esta rede e que não participavam ativamente em todas as suas fases. Mas existia um ir e vir de participação. Havia membros do governo e da sociedade civil e instituições de ensino.

Este é o desenho preliminar da proposta que veio do Ministério do Meio Ambiente. Em preto, temos o Estado do Paraná, e, em amarelo, o de Santa Catarina. Nós carinhosamente intitulamos este primeiro desenho de “coelhinho de cordas”.

Depois, dentro do processo de planejamento, esta proposta inicial, que deveria ser aumentada ou diminuída, precisaria ser trabalhada. Então, houve um primeiro aumento, que é esta área em preto. A linha amarela era a inicial. Ampliou-se esta área para o processo de planejamento, e a área final acabou sendo esta em azul.

O Corredor das Araucárias, como eu já comentei, tem em torno de 7 milhões de hectares, que se estendem por dois Estados. Sua maior parte fica no Paraná, 19% estão em Santa Catarina, e ele abrange 139 Municípios. Então, a área para o planejamento ficou bastante extensa. E, em função até desse tamanho, foram definidas áreas prioritárias de trabalho.

É importante destacar o papel da rede gestora. Ela era composta por muitos técnicos, que contribuíram bastante com o seu conhecimento, em oficinas, para a delimitação destas áreas e para a definição de critérios. Então, houve muitas oficinas de trabalho para que pudéssemos chegar a este desenho.



As áreas prioritárias definidas a princípio estão em verde. Para que elas fossem realmente definidas, foram usadas as Unidades de Conservação.

Não ficou muito claro, mas estas são as Unidades de Conservação em Santa Catarina e aqui está todo o conjunto de unidades. No Corredor das Araucárias, há em torno de 70 Unidades de Conservação, contando as Unidades de Uso Sustentável, as Unidades de Proteção Integral e também as Reservas Particulares do Patrimônio Natural — RPPNs. O conjunto é bastante grande.

Estes foram os critérios definidos: primeiro, observou-se onde estavam os principais remanescentes; depois, verificou-se onde estavam concentradas as espécies ameaçadas de extinção, os mananciais e as comunidades tradicionais e qual era a dispersão no território; por último, foram levantadas as potencialidades e ameaças também, para ajudar a compor esta definição. Posteriormente, ainda houve toda uma caracterização dos aspectos ambientais e socioeconômicos da organização do território. Também foram definidos outros critérios, como a fragilidade potencial.

Foram utilizadas as áreas estratégicas para a conservação tanto do Governo do Paraná quanto do Ministério do Meio Ambiente. Então, parte do corredor está localizada dentro dessa área classificada pelo Ministério do Meio Ambiente como de importância extremamente alta para a conservação.

Já havia nessa área dois corredores ecológicos definidos pelo Estado de Santa Catarina, os Corredores do Rio Chapecó e do Rio Timbó.

Tudo isto foi inserido: Índice de Desenvolvimento Urbano, estrutura viária. Por fim, chegou-se a estas 17 áreas prioritárias destacadas em preto.

Há aí uma gama muito grande de áreas. São muitos os hectares a serem trabalhados dentro dessa estrutura de planejamento. E, para tentar um *start* mais efetivo do trabalho da rede gestora, além dessas áreas já tratadas, foram definidos o que nós chamamos de minicorredores: um no Paraná, entre o Rio São João e o Rio dos Patos, com o objetivo de conectar um conjunto de Reservas Particulares do Patrimônio Natural — RPPNs a um monumento natural ali localizado, com foco na questão hídrica; outro na região dos Campos Gerais, que ficou com uma estrutura mais ampliada, na tentativa de abranger uma grande gama de unidades de conservação; e outro em Santa Catarina, compreendendo três unidades, com foco



na conexão do Parque Estadual das Araucárias, da Estação Ecológica da Mata Preta e do Parque Nacional das Araucárias.

Nesta área em amarelo, que não dá para ver muito bem, foram identificados os principais remanescentes. Há um compromisso da Fundação do Meio Ambiente — FATMA e das instituições que ali trabalham de tentar focar as suas ações de pagamento para serviços ambientais e os seus projetos para essa área, inclusive para a ampliação do Parque Estadual das Araucárias, e de tentar fazer com que essa conexão, de forma mais estrita, aconteça, ou seja, mantida.

Este eslaide mostra a localização dos três corredores no território.

Foram definidas, dentro de um plano de ação maior, 39 ações estratégicas. E foi feito um planejamento mais focado para esses minicorredores. A Rede Gestora realizou duas etapas de trabalho: uma entre 2011 e 2012, com o aporte do PDA Mata Atlântica, e outra entre 2014 e 2015, com o apoio da Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida — APREMAVI, por meio de um projeto do Programa PETROBRAS Socioambiental.

Isso foi muito legal, porque foi resultado de processos de integração do corredor. E foi um apontamento da importância, por parte dos membros, do funcionamento da Rede Gestora, de sua atuação para a capacitação e para a integração entre instituições e entre setores, o que fez com que houvesse a iniciativa de tentar manter o funcionamento da rede.

Mesmo depois de 1 ano do término do projeto — houve um salto de 1 ano para a sua continuidade —, o processo de remobilização dos atores da Rede Gestora foi muito virtuoso. As pessoas voltaram a participar e novas pessoas se integraram. Destaco a importância desses atores no processo de planejamento.

Uma das principais questões é: como fazer com que as unidades de conservação da natureza possam ser um ativo para o desenvolvimento regional? Eu sei que é um desafio enorme, mas se buscou enfrentá-lo. Eu acho que, quando se fala em planejamento regional, esse deve ser o pano de fundo. E, pensando em corredores, é preciso manter o foco na importância da conexão dessas áreas.

Foi uma experiência bastante virtuosa, que possibilitou que diferentes ferramentas de planejamento fossem conciliadas ou fossem pensadas. Esse é outro problema que nós observamos.



Nós temos planos de bacia hidrográfica, nós temos diferentes tipos de zoneamento, e essas ferramentas normalmente não conversam entre si, mas geram um problema muito grande, porque são ações descoordenadas e que muitas vezes acabam sendo sobrepostas.

Essa experiência possibilitou o diagnóstico e que ficasse claro para esses atores. Houve o propósito claro, de quem estava participando, de tentar sanar essa lacuna nesses processos de planejamento.

Esta é uma foto no Parque Estadual do Guartelá. Ela retrata um pouco da biodiversidade da região.

Gostaria muito de agradecer a todos e me coloco à disposição dos senhores para conversarmos ao longo do dia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sra. Dailey Fischer.

Passo agora a palavra ao Sr. Fernando Pieroni, Diretor-Executivo do Instituto Semeia.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Deputado Nilto Tatto, permita-me anunciar o falecimento de um grande pensador e ecologista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Sim.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Trata-se do teólogo e sociólogo da libertação François Houtart, nascido em Bruxelas, em 1925. Ele é realmente referência na luta contra a globalização neoliberal, o modelo de desenvolvimento destrutivo do equilíbrio social e ecológico.

Tive a honra de conhecê-lo e de participar de debates com ele, na companhia de Samir Amin, Milton Santos e Boaventura de Sousa Santos, nos fóruns sociais mundiais em Porto Alegre e em Belém, no Fórum Social Pan-Amazônico e no Fórum Social Europeu.

François Houtart era um pensador. Seu pensamento continuará sendo referência para todos nós que sonhamos com um mundo verdadeiramente justo e ecologicamente equilibrado.

Então, minhas homenagens a François Houtart. Sei que V.Exa. e todos os presentes compartilham desse sentimento.

Aliás, ele faleceu ontem, dia 6, em Quito, no Equador.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado pela lembrança, Deputado. François Houtart é referência para todos nós que pensamos num mundo mais justo, mais equilibrado, mais humano, mais solidário.

Obrigado pela participação de V.Exa., Deputado Edmilson Rodrigues.

Com a palavra o Sr. Fernando Pieroni.

O SR. FERNANDO PIERONI - Boa tarde. Para mim é uma satisfação estar aqui hoje. Agradeço ao Deputado Nilto Tatto o convite para fazer esta apresentação aos senhores.

Estamos falando aqui sobre Unidades de Conservação, e eu vou tratar de unidades que conciliam conservação com uso público.

Eu sou Fernando Pieroni, Diretor-Executivo do Instituto Semeia. Eu trouxe uma única lâmina para dizer o que é o Instituto Semeia e por que eu estou aqui.

(Segue-se exibição de imagens.)

O Instituto Semeia é uma ONG que tem como missão fazer com que as áreas protegidas sejam motivo de orgulho para os brasileiros. Entendemos que os governos têm dificuldades para gerir essas áreas. Digo dificuldades porque, quando pensamos em orçamento, as áreas protegidas não são prioridade.

Isso se agrava agora com a situação por que o Brasil tem passado. Quando há recurso público, o Governo tem dificuldade para usá-lo, seja porque existe uma lei que cria uma burocracia muito grande para fazer contratações, seja porque, quando estamos do lado público, sentados na cadeira de quem tem o poder da caneta para assinar alguma inovação, estamos sujeitos ao questionamento do Ministério Público e do Tribunal de Contas.

Natural e racionalmente, a tendência é olhar a gestão pelo retrovisor. É mais fácil fazer coisas que alguém já fez, porque isso nos dá segurança, do que buscar inovar e estarmos sujeitos a algum questionamento. No nosso entendimento, a lógica do funcionamento público é que inibe a inovação e a busca de novos modelos de gestão e de inovação na maneira de cuidar dos parques.

Faço uma observação aqui. O Semeia é uma instituição filantrópica que não recebe recursos públicos e tampouco tem interesse em desenvolver qualquer atividade econômica nos parques. O nosso papel é fazer com que os brasileiros se apropriem dos parques e que o Governo consiga desenvolver novos modelos de



gestão para a conservação e para a melhoria do uso público. A realidade é essa. Como eu já disse, temos dificuldade em obter recursos e, quando há recursos, não conseguimos usá-lo eficientemente.

Trouxe aqui alguns casos. Segundo dados de 2014, por exemplo, no Brasil, há uma média de 1 funcionário para 18.600 hectares. Isso significa que seriam 2,35 funcionários para todo o Parque Nacional de Brasília. Eu sou de São Paulo e isso equivale a 1 funcionário para 117 parques do Ibirapuera. É muito difícil gerir um parque nessas condições e com esses recursos.

Ainda de acordo com a pesquisa, 52% dos gestores de parques relatam que não têm os recursos necessários para realizar suas atividades. Nos últimos 5 anos, enquanto houve a criação de dez novas UCs, os recursos orçamentários do ICMBio empenhados nos parques tiveram uma queda de 32%.

Em apresentações anteriores, isso já foi explorado com muito mais propriedade do que eu gostaria de tratar com os senhores. Mas há, de fato, uma carência de recursos dedicados às Unidades de Conservação e, neste caso, aos parques.

Em 2015, apenas 52% dos parques nacionais efetivamente receberam visitantes. Considera-se que outros parques ou não são atrativos à visitação ou foram fechados por questões orçamentárias. A realidade é que parque fechado não é parque protegido. Parque fechado é onde haverá caçadores e exploração ilegal. Então, precisamos viabilizar a abertura dos parques e uma equação econômica que permite conciliar a conservação de maneira sustentável e a visitação.

Por falar em visitação, se nós compararmos a densidade de visitação dos parques do Brasil com os dos Estados Unidos — mas nem é preciso ir a países mais desenvolvidos; podemos pegar o exemplo da Argentina, aqui do nosso lado —, nós temos um nível de visitação muito inferior. Enquanto nos Estados Unidos são 3,5 visitantes por hectare ao ano, na Argentina são 2,6 e, no Brasil, 1,1.

Na pesquisa que nós fazemos regularmente junto aos gestores, também aparecem alguns *feedbacks*, algum retorno. Segundo eles, 40% dos parques não possuem sistema de contagem nem estimativa de visitantes; 17% dos respondentes conhecem o limite máximo de visitantes, o que mostra um desafio para controlar quem entra e quem está dentro do parque, e se, inclusive, em algum momento, esse



número extrapola o limite de visitação, o que pode comprometer a conservação; e 84% dos parques nacionais carecem de estruturas essenciais, como banheiros, portarias e trilhas sinalizadas.

De acordo com a proposta de fazer com que os brasileiros se apropriem de seus parques, é importante que se prevejam bons serviços, boa infraestrutura, boa segurança para que se estimule a visitação dos parques.

A questão da priorização e da gestão dos recursos públicos não é um privilégio ou uma dificuldade só brasileira. Outros países do mundo também enfrentam essa dificuldade, cada um com um grau diferente, e têm buscado saídas para resolver isso. Temos como exemplo os Estados Unidos, a Nova Zelândia e a África do Sul.

Nos Estados Unidos, há centenas de concessões em parques. São parcerias em que o poder público chama uma empresa privada para prestar um serviço dentro dos parques. Isso gera desoneração de contas públicas e receitas. Centenas de contratos de concessão e 6 mil autorizações geram receita de 1 bilhão de dólares para os cofres públicos.

Na Nova Zelândia, a estimativa é que cada dólar gerado com as atividades concedidas produz 43 centavos na região do entorno do Tongariro National Park. Esse dado é importante para destacar que, no momento em que há desenvolvimento de atividades nos parques, há dinamização das comunidades do entorno. Se bem gerido e bem aproveitado, o parque é uma oportunidade de desenvolvimento econômico e social.

Quanto ao exemplo da África do Sul, eu gostaria de destacar que 75% das receitas operacionais do órgão gestor dos parques vêm das parcerias com o setor privado.

O mundo tem buscado o desenvolvimento de parcerias. Independentemente da modalidade de parceria constante na legislação brasileira, verificamos que há uma série delas. Podemos mencionar a concessão, a PPP e as parcerias com a sociedade civil. Aqui, eu estou falando de parceria no sentido amplo. Mas a realidade é que os países têm buscado essa aproximação com o setor privado como forma de prestar mais e melhores serviços à população.



Quais são os benefícios das parcerias? Eu já pude falar sobre algumas delas, mas, só para sistematizar o pensamento, eu diria que a sociedade busca melhor infraestrutura, acessibilidade e atendimento nos parques. Há, ainda, a geração de empregos. E, no momento em que as pessoas estão nos parques, elas os observam. Assim, a presença dessas pessoas inibe atividades ilegais dentro deles.

Se pensarmos bem, para o poder público, é a oportunidade de ter um parceiro que valorize e conserve os parques e o seu patrimônio, além de promover o alívio orçamentário, em função de passar para o parceiro privado custos com aquela manutenção e ainda receber outorgas e tributos relacionados à atividade desenvolvida dentro dos parques. Observa-se ainda a viabilização de políticas ambientais.

Quando falamos de parceria, muitas vezes há confusão: parece que se está entregando um parque para um ente privado operar da maneira como quiser. Parcerias pressupõem a existência de contratos. Esse contrato é a oportunidade de o poder público embarcar a sua política pública, dizer o que ele quer que seja feito dentro dos parques e impor limitações, a fim de que a empresa não faça aquilo que o Governo não deseja que ela faça.

Para o setor privado, é uma oportunidade de negócio, de retorno para os investidores. Existe toda uma cadeia produtiva que se dinamiza e que se beneficia do desenvolvimento das parcerias nos parques.

Eu trouxe alguns exemplos da experiência do Brasil com parcerias.

Aproximadamente 70% da visitação nos parques nacionais com concessões de algumas atividades ocorrem em quatro deles: Fernando de Noronha, Iguaçu, Serra dos Órgãos e Tijuca.

De 2012 a 2016, houve um crescimento de mais de 500% nas estatísticas de visitação. Eu posso dizer que uma parte desse crescimento se deve a uma informalidade que, no momento em que se começa a monitorar, você captura. Mas certamente aqui existe também ampliação da visitação em função da melhoria dos serviços prestados.

Eu não vou tratar das estatísticas de cada um desses parques — elas estão no eslaide —, mas quero destacar os benefícios que as concessionárias podem proporcionar para o entorno deles.



Em Iguaçu, por exemplo, 600 agricultores fornecem produtos para serem vendidos dentro do parque, como nos restaurantes e nos serviços prestados. No Parque Nacional da Tijuca, há uma preparação da comunidade do entorno para lidar melhor com os turistas, com treinamento sobre atendimento a visitantes e aulas de inglês. No Parque de Fernando de Noronha, 90% da equipe da concessionária é de moradores locais.

Neste eslaide apresento alguns exemplos de como as parcerias podem ser geradoras de oportunidade num jogo de ganha-ganha-ganha: ganha a sociedade, ganha o Governo e ganha a empresa, de um jeito que não necessariamente o ganho de um requer a perda do outro. Pode haver ganho para todo mundo.

Quais são os desafios para a implementação de parcerias? Primeiro, a desinformação e o debate ideológico, a demonização das parcerias. Há o entendimento de que parceria significa privatização, que seria a entrega dos parques. Não é isso, mas é como o Governo trazer um síndico para cuidar daquele parque. Esse síndico vai agir sob as diretrizes do poder público, com as limitações definidas por ele, e vai poder desenvolver, de acordo com sua criatividade, algumas atividades também permitidas pelo poder público. Mas sempre existe a gestão do contrato e a presença do Estado como contraparte do poder público.

Outro aspecto é a radicalização do debate sobre a conciliação de visitação e conservação. Nesse debate, há aqueles que entendem a conservação e a visitação como aliadas e aqueles que entendem a preservação como quanto mais distante o homem estiver dos parques, melhor. A provocação que eu apresento aqui é que, dentro dos parques, de maneira regrada, as pessoas representam um grande instrumento de conservação.

Depois vem o desconhecimento da lógica das parcerias. Isso é algo que ocorre quando se discute parcerias em parques, mas também em outros setores econômicos, que são os próprios instrumentos jurídicos que estão por trás disso.

A contratação pública no Brasil ainda é muito vista à luz da Lei nº 8.666, de 1993, a nossa Lei de Licitações. Existe todo um regramento de parcerias e concessões que são posteriores a essa Lei de Licitações. Quanto mais conseguirmos dominar esse arcabouço jurídico, melhor e de mais alto nível vai ser o debate sobre as parcerias. Há também a mão pesada do Estado.



Nós temos esses exemplos, e eu vou pegar exemplos de outros setores. Já houve um momento em que a parceria foi demonizada. Em outro momento, a parceria era permitida, contanto que se controlasse a taxa de retorno do privado, sem levar em conta que o próprio processo concorrencial faz com que o retorno da iniciativa privada se posicione dentro do que é compatível com aquela atividade. Em outros momentos, houve a tentativa de baratear demais os serviços prestados, e, assim, houve concessões frustradas. Com o tempo verificamos que o Brasil tem amadurecido nessa agenda de parcerias entre o setor público e o privado.

Eu agora vou para o meu último eslaide. Primeiro, eu quero reforçar o ponto de que parcerias não são privatização. Parcerias são um acordo entre um ente público que sabe o que quer para o seu parque e a iniciativa privada, que será o parceiro do poder público para implementar nos parques aquilo que esse poder público quer e que é, antes de tudo, uma política pública.

Portanto, todo contrato de parceria deve prever os encargos do concessionário e os mecanismos de monitoramento, se ele está cumprindo com o que está previsto no contrato. É nesse momento que o poder público embarca a sua política pública dentro do contrato.

Como eu já disse, as parcerias podem ser um jogo de ganha-ganha-ganha. Não necessariamente o ganho de um requer a perda do outro. Eu acho que nós temos um exemplo interessante no Rio de Janeiro, no Parque da Tijuca, que conta com um observatório. Na verdade, aquele observatório atrai mais turistas para o local, e quem faz o transporte dos turistas ganha mais com o turismo. E há algum problema se ele ganhar? Não, porque o turista está ganhando também, pois ele tem mais serviços sendo prestados, mais opções. E o poder público também está ganhando. Derrubar essa crença de que necessariamente o ganho de um requer a perda do outro é algo importante para este debate.

Como eu já disse, não há um modelo único de parcerias. Existem vários instrumentos jurídicos, várias maneiras de promover essa contratualização entre o setor público e o setor privado. As parcerias são instrumentos de conservação, no momento em que aproxima a sociedade e faz com que o povo possa se apropriar desse patrimônio do brasileiro.



Eu quero deixar essa mensagem. Agradeço novamente o convite e a oportunidade de estar aqui hoje com os senhores.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sr. Fernando.

Passo agora a palavra para a Sra. Érika Guimarães, da Fundação SOS Mata Atlântica.

A SRA. ÉRIKA GUIMARÃES - Bom dia a todos.

Sou Érika Guimarães, Gerente de Áreas Protegidas da Fundação SOS Mata Atlântica. Quero reiterar os parabéns ao Deputado Nilto Tatto pela iniciativa de promover este seminário.

Já foi dito anteriormente, mas também acho importante registrar que nós vivemos um tempo desafiador e até paradoxal em relação às áreas protegidas. Na semana em que comemoramos o Dia do Meio Ambiente, em que celebramos a ampliação de unidades importantes, lidamos ainda com medidas provisórias, já citadas pelo Sr. João Paulo Capobianco, que destituem de proteção áreas extremamente importantes e estratégicas não só na Amazônia, como também na Mata Atlântica. No Parque Nacional de São Joaquim, mais de 10 mil hectares serão perdidos caso essas medidas não sejam vetadas.

Portanto, vivemos o momento desafiador de mostrar à sociedade brasileira, mostrar ao Executivo, mostrar ao Legislativo a importância que essas áreas têm não só para a conservação, como também para a manutenção da nossa própria qualidade de vida e para a garantia da nossa existência no planeta. Elas, inclusive, servem de suporte a atividades econômicas imprescindíveis para a balança comercial brasileira, para a nossa economia, e não só o turismo, como o Sr. Fernando Pieroni bem mostrou, como também atividades ligadas ao setor do agronegócio.

(Segue-se exibição de imagens.)

Coube a mim falar sobre as Reservas Particulares do Patrimônio Natural — RPPNs, categoria com a qual trabalhamos. Antes, porém, gostaria de dizer que — acho que muitos dos senhores a conhecem — a SOS Mata Atlântica é uma organização não governamental brasileira. Ano passado nós completamos 30 anos de atuação. A nossa missão é inspirar a sociedade brasileira em relação à



importância de preservar esse bioma, que cobre parte de 17 Estados brasileiros. As maiores metrópoles e capitais brasileiras estão localizadas na Mata Atlântica. Parcela significativa da nossa população vive nela, e muitas pessoas ainda não se dão conta disso.

É um desafio tremendo para nós continuar levantando essa bandeira e mostrar à sociedade o que é esse bioma e fazer com que ela se engaje nessa causa também.

Ano passado, por conta dos nossos 30 anos, fizemos o levantamento de todas as Unidades de Conservação que já foram apoiadas pela Fundação. Desde a nossa criação, nós temos trabalhado no apoio à implementação de Unidades, nas mais variadas esferas, assim como a projetos diversificados, e chegamos a um número muito interessante: mais de 500 Unidades de Conservação já foram apoiadas por projetos da Fundação. Isso é muito simbólico, emblemático, e mostra o quanto estamos comprometidos com essa política pública.

Por que RPPN? Porque é a única categoria do Sistema Nacional de Unidades de Conservação — SNUC reconhecida por iniciativa do dono da terra. Quando nós começamos uma agenda com a RPPN, lá no ano de 2003, percebemos que havia um vazio de atuação nessa área. Por outro lado, queríamos, de alguma maneira, reconhecer a iniciativa do proprietário que estava criando a RPPN. O projeto foi concebido como uma maneira de reconhecer o esforço desses cidadãos e cidadãs que estavam fazendo algo pela conservação.

Dessa forma, nós elegemos essa categoria, que tem instrumentos legais e faz parte do SNUC. O SNUC reconhece a RPPN, e, uma vez reconhecida, ela fica gravada, há perpetuidade. Aquela área, se herdada ou vendida, continua sendo uma área protegida, uma Unidade de Conservação. E é uma Unidade de Conservação de proteção integral, na qual são permitidas atividades de visitação, de turismo, de pesquisa científica e de educação ambiental.

Hoje, no Brasil, há cerca de 1.400 RPPNs, que contribuem para a proteção de 770 mil hectares. Esse número é muito significativo se pensarmos que, por trás de cada RPPN, há um proprietário de terra.

Há poucas análises mais consistentes a esse respeito, mas já fizemos algumas análises que mostram que as RPPNs são importantes não só porque são



complementares ao sistema público de proteção — muitas RPPNs estão em torno de outras Unidades de Conservação e contribuem para a conectividade da paisagem, corredores e áreas estratégicas, como já foi apresentado aqui —, mas também porque elas são importantes do ponto de vista da representatividade. Fisionomias que não estão bem asseguradas, bem protegidas por meio de outras categorias de Unidade de Conservação, públicas inclusive, estão, de alguma maneira, sendo protegidas por uma RPPN. Essas reservas são muito importantes não só pelo efeito simbólico da conservação, mas também pela contribuição para a conservação que de fato essas áreas aportam.

Entre 2010 e 2017, por exemplo, foram criadas 386 RPPNs e apenas 17 Unidades de Conservação federais. Vejam que a criação de RPPNs não para. Mesmo quando os Governos têm dificuldade de reconhecer outras áreas públicas, os proprietários continuam investindo na criação e no reconhecimento delas.

Só na Mata Atlântica, hoje, nós temos 1.012 reservas, que aportam pelo menos 200 mil hectares para a conservação do bioma. Para a Mata Atlântica, especialmente, a RPPN é uma estratégia muito importante, porque parte significativa do que sobrou do bioma está em mãos de proprietários privados.

Este mês nós divulgamos os dados do Atlas da Mata Atlântica. Verificamos que o aumento do desmatamento também está acontecendo na Mata Atlântica. Verificamos nos últimos anos uma tendência de queda, mas, do ano passado para este ano, houve um aumento do desmatamento. Então, todo e qualquer esforço é importante, é necessário. Não podemos prescindir dele, sobretudo nesse bioma, mas nos outros também.

Esse é o dado de hoje, mas, quando começamos esse programa, em 2013, tínhamos metade do número de RPPNs, ou seja, cerca de 600. Essa foi uma contribuição bastante importante do programa para popularizar essa categoria e aportar recursos e incentivos para ampliar o seu reconhecimento.

Nós começamos esse programa por meio de uma parceria entre a Fundação SOS Mata Atlântica e a Conservação Internacional. O objetivo do programa, além de contribuir para o aumento da área protegida da Mata Atlântica, também é contribuir para consolidar regiões estratégicas e corredores ecológicos, porque eles têm esse papel na paisagem, são complementares, como eu disse.



Também é nosso objetivo apoiar iniciativas e políticas públicas que assegurem condições de sustentabilidade a longo prazo para essas reservas e mecanismos legais, instrumentos financeiros e econômicos que viabilizem a manutenção, o aumento da área protegida por meio das reservas privadas e o fortalecimento desse movimento.

Trata-se de proprietários de terra. O que essa categoria tem de especial é que, quando um proprietário resolve criar uma RPPN, ele vira um aguerrido defensor, um militante da causa ambiental. Eu conheço centenas de pessoas que fazem isso. É muito bonito ver o trabalho, o incentivo e o engajamento desses cidadãos a essa causa, sobretudo no momento em que temos o desafio tremendo de não ter herdeiros para a causa ambiental. Então, é muito bacana ver o que esses proprietários fazem. E o nosso programa tinha o compromisso de fortalecer essa rede, de capacitá-la institucionalmente, etc.

Já mobilizamos até hoje cerca de 8 milhões de reais para investimento basicamente por meio de editais de apoio a projetos. Fizemos também um dos primeiros editais que apoiavam a pessoa física. São recursos a fundo perdido, desburocratizados, e o proprietário poderia acessá-los para investir na criação ou na gestão da sua reserva.

Tivemos vários parceiros importantes ao longo do tempo. Começamos com o CEPF — Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos, o Bradesco Cartões, a TNC — The Nature Conservancy, o KFW/FUNBIO, a Fundação Toyota e, por fim, o Instituto Credit Suisse, que também contribuiu para os editais lançados por meio desse programa.

Nós já lançamos 12 editais e recebemos 808 propostas. Para nós esse é um dado muito emblemático, porque parcela significativa dessas propostas foram enviadas por proprietários, que muitas vezes é uma pessoa que não tem formação ou facilidade na elaboração de um projeto. Os critérios dos editais eram bastante sensíveis a esse perfil de quem estava captando recurso, mas mostram que eles estão mobilizados, engajados e procurando apoio para essa iniciativa.

Dos projetos recebidos, apoiamos 343; 95 eram projetos de gestão e 8 eram projetos de demanda espontânea. Esse foi um teste que fizemos, uma abordagem



que testamos durante um período de apoio a projetos complementares envolvendo Unidades de Conservação e RPPNs. Foi bem interessante também.

A maior parte do apoio contribuiu para a criação de quase 400 RPPNs só na Mata Atlântica, a maior parte delas no corredor da Serra do Mar, mas também em outras regiões importantes, estratégicas.

Em relação à gestão, apoiávamos projetos de elaboração e implementação de planos de manejo, de planos de negócios, bem como de outras ações que aconteciam nas RPPNs, ligadas à infraestrutura, ao cercamento e à educação ambiental. Um portfólio muito diversificado de projetos foram apoiados e gestão também.

Da área total de RPPN do bioma Mata Atlântica, 40% recebeu apoio do programa. Houve um desdobramento que considero muito relevante: outros programas em outros biomas também foram inspirados nesse modelo. A Caatinga e o Pantanal são dois deles. Isso foi muito bacana.

Neste eslaide vemos a distribuição dos projetos de criação e gestão. O mapa mostra algo que considero muito relevante: a capilaridade das RPPNs. Elas são difusas, estão espalhadas por várias regiões. Isso reforça a informação de que elas são realmente complementares aos outros esforços de conservação.

O programa também teve uma contribuição que considero muito significativa na produção de conhecimento, na sistematização e na produção de conhecimento. A respeito desse tema e dessa categoria de Unidade de Conservação, foram lançados muitos estudos e publicações. Este livro em especial é muito bacana. Nele nós contamos a história pessoal de vida, de motivação dos proprietários. Foi uma aplicação muito emocionante. Afinal de contas, é a história de vida de muitas pessoas, é a história de vínculo e de amor de muitas pessoas com aquela terra. Foi um reconhecimento a esse esforço também.

Há o trabalho de políticas públicas, de *advocacy*, e de apoio institucional tanto para a Confederação Nacional de RPPNs, como para as associações estaduais. Apoiamos o ICMBio na implementação do SIMRPPN — Sistema Informatizado de Monitoria de RPPN, sistema pelo qual circula o processo de reconhecimento das reservas, que era relativamente burocrático, com pouca transparência. Depois da implementação desse sistema, o procedimento tornou-se mais claro e mais rápido.



Apoiamos também as reuniões do Comitê Consultivo de RPPN, que foi implementado pelo ICMBio como uma maneira de ouvir, de dar suporte para tomada de decisão, além de envolver a sociedade nesse processo.

Tivemos apoio para a construção da legislação de RPPN em vários Estados e em alguns Municípios da Mata Atlântica. No Brasil, houve o nosso apoio quando isso era algo bem inicial, há 7 anos, 8 anos. Hoje, no País, há pelo menos 13 Municípios que têm legislação para reconhecimento de RPPN municipal. Isso está se espalhando, se difundindo entre as políticas públicas dos Municípios.

Temos igualmente promovido reuniões de integração entre ICMBio e os OEMAs — Órgãos Estaduais de Meio Ambiente. Trata-se de encontro anual para discutir gargalos, desafios e oportunidades; para manter aquecida essa rede, a militância, e para nos sentirmos também amparados, já que essa militância na área ambientalista às vezes é bastante desafiadora.

Percebendo que avanços eram necessários, houve uma mobilização envolvendo várias instituições e atores, inclusive a Confederação Nacional de RPPN, para a elaboração de um novo projeto de lei, feito com base na participação social, para ajustar e ampliar os benefícios oferecidos aos proprietários de RPPNs. Trata-se do PL 1.548, de 2015, de autoria do atual Ministro do Meio Ambiente, Deputado Zequinha Sarney, que tem algumas atribuições importantes. Ele reposiciona a RPPN como unidade de conservação de proteção integral, que de fato ela é, mas, por outro lado, propõe o desenvolvimento de atividades produtivas que são compatíveis com reservas particulares, como coleta de sementes, implementação de viveiros. O intuito é contribuir com os esforços de restauração, além de prever alguns benefícios fiscais, como, por exemplo, ampliar a isenção de terra não só para área de RPPN, como também para toda a área da propriedade, além de outros benefícios creditícios.

Esse projeto de lei está em tramitação no Congresso e já foi aprovado em duas Comissões muito importantes — nesta Comissão de Meio Ambiente e na Comissão de Agricultura. Agora ele tramita na Comissão de Finanças e Tributação.

Quais são os desafios? Acho que temos um desafio importantíssimo, que é o de dar visibilidade, mostrar para a sociedade a importância dessa categoria, incluir as RPPNs nas análises e políticas públicas — hoje elas estão ausentes. O Cadastro



Nacional de Unidade de Conservação — CNUC não abarca todas as RPPNs existentes hoje no Brasil, nos diferentes biomas. De alguma maneira elas estão invisíveis e subestimadas no desenho de políticas públicas, etc.

Temos o desafio tremendo de continuar fomentando políticas públicas, de ampliar os benefícios para quem reconhece RPPN e de fortalecer as instituições que vêm trabalhando por isso. Houve um momento na história das RPPNs em que as associações e confederações estavam muito engajadas, muito mobilizadas, mas é um trabalho árduo nesse cenário de poucos recursos em que vivemos. Acho que elas de alguma maneira estão desmobilizadas, e precisamos continuar apoiando essa rede. Quem conserva merece apoio. Essa é a nossa busca também. Esse é o desafio atual do programa.

Agradeço a oportunidade. Deixo aqui o meu *e-mail* e estou à disposição para esclarecer eventuais dúvidas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sra. Érika.

Com a palavra o Prof. André Cunha, da UnB.

O SR. ANDRÉ CUNHA - Boa tarde.

Eu quero agradecer aos senhores o convite. É uma honra estar aqui discutindo um tema tão nobre, como as Unidades de Conservação e a proteção da biodiversidade.

Apesar de todo o cenário complexo que vivemos, há a ideia de se propor uma agenda positiva. Sabemos que é um desafio manter a proteção da biodiversidade com recursos humanos e financeiros cada vez mais escassos, mas temos que propor, sim, uma agenda positiva para convencer a sociedade e todos os parceiros a investir e apostar mais nessa principal estratégia para a conservação.

Eu fui convidado para falar neste seminário sobre o tema *Perspectivas para o Turismo nas Unidades de Conservação da Natureza*. Sou professor do Departamento de Ecologia, atuo no Centro de Excelência em Turismo da UnB e no Centro UnB Cerrado. Faço parte de uma rede de pesquisadores, que está sendo montada, de todas as regiões do Brasil e internacionais, particularmente dos Estados Unidos, que já têm vasta experiência nessa área. Trata-se de rede específica sobre pesquisa em turismo e Unidades de Conservação. Eu coordeno o



Laboratório de Biodiversidade e Áreas Protegidas do Departamento de Ecologia. Então, podemos conversar mais sobre isso.

A minha apresentação vai ter como foco o ecoturismo, a importância de se entender o que é o ecoturismo e as relações do ecoturismo com as Unidades de Conservação como ferramenta para a conservação da biodiversidade. Gostaria de falar um pouquinho dos benefícios para as populações locais, para a biodiversidade e, por fim, das perspectivas que nós temos do turismo acontecendo cada vez mais nas Unidades de Conservação brasileiras.

(Segue-se exibição de imagens.)

Mas o que é o ecoturismo? Destacamos a definição bastante aceita pela Sociedade Internacional de Ecoturismo, que é a viagem responsável para áreas naturais que conservam o ambiente e melhoram o bem-estar da população local. Então, cada ator nessa viagem tem uma responsabilidade — as operadoras, as gestoras das áreas e o turista —, visando conservar fundamentalmente o meio ambiente e melhorar o bem-estar das populações envolvidas.

Temos uma definição bastante recorrente há alguns anos, elaborada pela EMBRATUR e pelo IBAMA, no sentido de que é o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista, a sensibilização através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

Então, são definições que têm uma sobreposição grande com o que é discutido na Academia. São definições de ONGs e de Governo, mas têm os elementos centrais. Que elementos centrais são esses, que princípios e fundamentos do ecoturismo são esses quando os trazemos para uma visão mais acadêmica? É óbvio que é um destino de natureza. Muitas vezes, o mercado até promove alguns destinos como ecoturismo que não têm exatamente características naturais. Já houve um debate muito grande sobre o destino ser localizado só em áreas protegidas ou não, se tem que ser em áreas protegidas intactas ou não. Já passamos por esse tipo de debate e sabemos que podemos fazer o ecoturismo em diferentes tipos de áreas naturais.

São estes alguns princípios do ecoturismo: minimiza os impactos negativos; promove a sensibilização ambiental; provê benefícios diretos para a conservação da



natureza; provê benefícios financeiros diretos e empoderamento da população local; respeita a população local; e, ainda e idealmente, deve ser uma viagem que apoia os movimentos de direitos humanos e democráticos.

Portanto, quando pensamos em minimizar os impactos negativos, se estivermos pensando em turismo dentro de Unidade de Conservação, esse é um critério básico. Temos que garantir que toda atividade feita dentro de Unidade de Conservação minimize os impactos negativos para o meio ambiente.

Já conhecemos o impacto das atividades de caminhadas, de cavalgadas, de trilhas em carro 4x4, enfim, diversas atividades que vão causar diferentes impactos. É claro que esses impactos são insignificantes quando pensamos no contexto global em relação à competição por outras indústrias, como agronegócio e mineração. Esses impactos são insignificantes, mas, tratando-se de Unidade de Conservação, particularmente de proteção integral, temos que tomar cuidado com eles.

Temos muita tecnologia e informação disponíveis para monitorar esses impactos e manejar a visitação, para entender quais são os impactos de acomodação e transporte das diferentes atividades. Temos várias entidades na Academia e no mercado que estão pensando em como monitorar esses impactos e estabelecer critérios e indicadores, como o Conselho Global para o Turismo Sustentável — GSTC. Temos aplicado alguns desses critérios em meios de hospedagem na região da Chapada dos Veadeiros.

A promoção da sensibilização ambiental é um aspecto crítico. Quando pensamos em levar pessoas para a Unidade de Conservação, devemos fazer com que a visitação promova a educação, a sensibilização em relação à problemática ambiental, não só quanto aos elementos da fauna e flora, mas sobre qual o papel dessas pessoas no mundo, o consumo consciente etc.

Vemos na imagem de fundo do eslaide o Centro de Visitantes do Parque Estadual do Ibitipoca. Como podemos fazer uma abordagem para a sensibilização e para a interpretação ambiental que vai ajudar a transformar essa consciência dos visitantes? Precisamos entender melhor qual é a motivação e o perfil dos visitantes dessas áreas protegidas, passarmos do aspecto básico do perfil sociodemográfico e entendermos, por exemplo, qual é a percepção ambiental, a satisfação desses



visitantes, a relação desse visitante com as ações em prol da conservação da natureza no dia a dia. Temos feito no laboratório alguns estudos nesse sentido.

Existem várias técnicas de interpretação ambiental já conhecidas e de sucesso que devemos implementar. Esse deve ser um aspecto importante na gestão do turismo UCs. Dentro dessa discussão, dessa abordagem, devemos considerar também o papel dos condutores dos visitantes, dos guias.

Eu sou contrário à obrigatoriedade da presença de guias, mas eles podem ser, sim, muito importantes para passar informações sobre segurança, sobre a logística da Unidade de Conservação, por que visitar ou não determinada área, como se comportar dentro dessas áreas, fazer um contraste ou uma conexão com a cultura local. Por exemplo, há vários estudos interessantes nessa área, e eu queria ter mais tempo aqui para trazer outros estudos, principalmente em países como Austrália, Estados Unidos e Costa Rica.

Um desses estudos mostra a eficácia da sensibilização ambiental. Pode ser uma área pequena, como a Reserva Mon Repos, na Austrália, que tem só 45 hectares, 1 quilômetro de praia, atende 23 mil visitantes por ano e tem um impacto muito grande dessa visitação na mensagem que as pessoas levam para casa. As pessoas que a visitam consideram-se melhor informadas sobre as ameaças às espécies ali encontradas. Elas conhecem mais quais são os fatores que ameaçam as tartarugas — é como se fosse um Projeto Tamar — e vão tomar mais cuidado nas próximas visitas à praia, entender quais são os locais de desova, informar esses locais de desova e tomar cuidado para não impactar esses lugares.

Nós temos o papel importante aqui também dos voluntários. Então, assim como o ICMBio tem investido cada vez mais no programa de voluntariado, é uma forma também de trazer jovens, idosos, pessoas de todas as idades para se relacionar com essa Unidade de Conservação, com a natureza, e serem multiplicadores durante esse período de voluntariado e após esse período também.

Um critério fundamental para o turismo em Unidades de Conservação é que ele tem que trazer, obrigatoriamente, contribuições diretas para a conservação da natureza. Se estamos falando em turismo como ferramenta de conservação, é obrigatório que, no final das contas, vejamos qual é a contribuição que essa



atividade turística está trazendo para essa área, para esse território, para as espécies ameaçadas que ali habitam.

Quais são os potenciais impactos que podemos ter em termos de contribuição direta para a conservação?

Se fazemos uma sensibilização ambiental eficaz, o resultado esperado é que essas pessoas se tornem mais engajadas na conservação do ambiente, mudem os seus hábitos, influenciem os hábitos de outras pessoas.

Devemos focar na proteção e restauração de *habitat*. Então, se há uma atividade turística ali, se há uma empresa ganhando, lucrando, não há nenhum pecado nisso. Ao contrário, como o Fernando falou, o que objetivamos é ter um jogo de ganha, ganha, ganha, para todos os atores. E, aí, quem tem que ganhar, principalmente, é a conservação.

Então, qual é o investimento que nós temos, por exemplo, em restauração de *habitat*? Em proteção de *habitat*, a iniciativa privada tem um papel muito importante, como vemos em outros países e ainda pouco aqui no Brasil.

Há também a reintrodução de espécies, programa de manejo de espécies ameaçadas, de espécies exóticas, erradicação de espécies exóticas; apoio à gestão de UCs, aquele turismo está contribuindo para a gestão de UC, para manter a infraestrutura da UC, para manter funcionários, para colocar mais funcionários ali; apoio a projetos de conservação e educação ambiental. São esses projetos basicamente que vão fazer o negócio da conservação. E cada vez há menos recurso para esse tipo de projeto.

Outro tipo de apoio é levantar dados sobre espécies. Os visitantes estão circulando, os operadores estão circulando na Unidade de Conservação, e muitas vezes avistam espécies ameaçadas ou espécies de importância para o manejo daquela Unidade de Conservação, e essa pode ser, e é, uma relação em outros países também muito importante, esse levantamento de dados de espécies e ameaças a Unidades de Conservação.

Como exemplo, essa aqui é um a área privada, o Refúgio Ecológico Caiman — provavelmente, muitos de vocês conhecem. Ali nós temos uma fazenda de gado e também uma área da fazenda que é dedicada para o turismo de natureza, para o ecoturismo, que traz diversos benefícios para a conservação da biodiversidade,



como o aumento das populações de espécies selvagens; cessação da matança de onças na região, na fazenda, em várias fazendas do entorno, através de um programa de sensibilização com os fazendeiros, que sempre matavam as onças, e isso parou; proibição de animais domésticos, que sabemos que é uma grande ameaça nas Unidades de Conservação, nas áreas naturais, para a proteção da biodiversidade; cessação da caça aos animais silvestres.

No que se refere aos benefícios diretos para a comunidade, gera muito mais emprego. Apesar de ser em uma área mais reduzida do que a agropecuária, o turismo gera mais emprego, e emprego de mais qualidade, com maiores salários, com mais oportunidade de crescimento para essas pessoas. Além disso, através da atividade turística, o Refúgio Ecológico Caiman, a fazenda, constrói escolas, centros de saúde, residências, promove eventos sociais para a integração da comunidade e também distribui carne, para que aquelas pessoas tenham a fonte de proteína garantida.

E há o trabalho de sensibilização e de divulgação da nossa fauna. Nós sempre falamos do safári africano, dos Big Five africanos, e o pessoal lá pensou: por que não termos aqui também os Big Five do Pantanal? E isso foi inspirado em regiões onde há uma influência muito grande da iniciativa privada, como na África do Sul, onde a iniciativa privada comprou vastas áreas, reintroduziu várias espécies, para fazer o negócio do turismo lá acontecer, num jogo de ganha-ganha para todo mundo.

Esse aqui é outro estudo, falando de contribuições diretas para a conservação, para destacar a importância das Unidades de Conservação e do turismo nas Unidades de Conservação. É um estudo de mestrado, que fizemos lá no laboratório, em que vimos o impacto financeiro e econômico do turismo no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Vimos que o turismo lá gera 92 milhões de reais, cerca de 100 milhões de reais por ano, só os 65 mil visitantes do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, sem contar os outros, provavelmente mais 140 mil visitantes que vão àquela região e não visitam o Parque naquela viagem.

E nós quisemos contrastar isso com, por exemplo, as indústrias competidoras, as outras atividades econômicas que ocorrem naquela região. Então, nós comparamos os dados do IBGE para o Município de Alto Paraíso, no que se



refere à agricultura, agropecuária, silvicultura. Quanto gera, no Município de Alto Paraíso, essa atividade econômica convencional, cheia de subsídios? Sessenta e três milhões de reais.

Então, o turismo ganha disparado, isso sem levar em conta, se pensarmos em um uso convencional, as externalidades, como, por exemplo, as pessoas que estão ficando doentes, os rios que estão ficando assoreados e toda a biodiversidade que está sendo perdida. E quem está acostumado a ir para lá sabe o deserto verde que é. O Parque Nacional felizmente foi ampliado, e, então, há oportunidade de consolidar esses novos atrativos, atrativos que não estão ainda explorados lá, e conservar a biodiversidade, o que não ocorre com o modelo convencional de desenvolvimento a que estamos acostumados.

É preocupante também quando vemos que o orçamento do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros vem diminuindo a cada ano. Então, apesar do esforço grande da gestão do Parque e do ICMBio em promover a visitação, em diversificar os públicos que estão indo ao Parque, vemos o orçamento diminuindo.

Uma quinta característica do ecoturismo é o envolvimento com as populações locais, e não só o envolvimento, como também, de fato, dar a essas pessoas oportunidade para crescerem, se empoderarem e serem donas dos próprios negócios. Então, temos que buscar cada vez mais respeitar e ver como integrar essas comunidades no mercado, nos meios de hospedagem, nos atrativos, estimular o empreendedorismo, o turismo de natureza, o ecoturismo. Na verdade, o ecoturismo é uma parte mais específica do turismo de natureza, nós falaremos nisso daqui a pouco, mas é uma área que estimula muito o empreendedorismo, os pequenos negócios, que é uma oportunidade muito grande para fazermos uma inclusão socioeconômica, uma inclusão socioproductiva do turismo nas cadeias.

Mas temos que ter algumas atenções em relação a alguns locais, a algumas práticas da comunidade, que, eventualmente, algumas comunidades tradicionais não desejem divulgar ou tornarem atrativas. Existe uma demanda do mercado, e, muitas vezes, o mercado não respeita esse tipo de característica. E nós temos muitos impactos positivos potenciais que devem ser explorados. Devemos ter uma atenção muito grande em relação a como, de fato, proporcionar esses impactos positivos, que, muitas vezes, deixam a desejar, não são atendidos.



Precisamos avaliar os custos, pois sabemos que há impactos relacionados a aumento de criminalidade, de inflação, de especulação imobiliária e outros impactos negativos que devem ser levados em conta.

Agora nós nos perguntamos: será que o turismo de natureza pode, de fato, trazer benefícios para a população local? Esse é um estudo que foi feito na Costa Rica, do qual vou destacar só essa linha dessa tabela. Há vários outros dados superinteressantes nesse artigo, dizendo que o pessoal que trabalha com turismo ganha o dobro das pessoas que moram nas mesmas vilas, nas mesmas localidades que não trabalham com turismo.

Esse outro trabalho que vai no mesmo sentido. É uma dissertação de mestrado do Instituto de Pesquisas Ecológicas, no sul da Bahia, que prevê um projeto de pagamentos para os serviços ambientais na APA Serra Grande, em Itacaré, uma região muito bonita. Nessa APA há vários moradores que usam a floresta para subsistência.

A ONG Mecenaz da Vida fez um projeto de pagamento por serviços ambientais, envolvendo 115 empreendimentos turísticos, que doam mensalmente uma taxa, a qual é revertida em bolsas, tipo bolsa família, para 12 famílias de agricultores daquela APA. E esses agricultores se comprometem a conservar aquele ambiente, a plantar árvores, a não praticar mais o corte e queima da floresta para fertilização, e sim usar práticas de agroecologia, manter os filhos na escola, deixar de caçar e participar inclusive de capacitações para melhorar as suas habilidades e trabalhar para o próprio mercado do turismo.

O que eles fazem com essa bolsa? Melhoram as suas condições de habitação, melhoram a alimentação, resgatando inclusive alimentos tradicionais e que podem ser mais uma vez retroalimentados no mercado turístico. E vemos um grande envolvimento dos empresários da iniciativa privada, plantando árvores, com essa motivação de preservar a natureza, de contribuir para a agricultura sustentável.

Então, como eu falei, o ecoturismo é um segmento, cujo conceito, se quisermos analisá-lo com um olhar mais acadêmico, está dentro do turismo de natureza. O turismo de natureza é basicamente qualquer atividade turística que acontece em ambientes naturais. Atualmente nas nossas Unidades de Conservação temos vários segmentos do turismo de natureza acontecendo e devemos buscar



caminhar cada vez mais rumo à sustentabilidade e ao ecoturismo. Ou seja, temos turismo de aventura, que é um turismo que acontece num cenário natural 99% das vezes; temos um turismo de contemplação da natureza, no qual as pessoas querem fazer uma caminhada, querem sentir o ar puro, querem ver determinada paisagem, que é um turismo sobre a natureza.

Cada vez mais, nós temos um público interessado em fazer, por exemplo, a observação de aves, saber quais são as espécies que há naquele local, quais delas estão ameaçadas, qual é o hábito delas, se elas polinizam, de que plantas elas dispersam sementes, etc. É um turismo sobre a natureza. É cada vez maior o número de pessoas que querem conhecer aspectos da natureza.

Agora, se encaramos o ecoturismo de acordo com esses fundamentos, com esses princípios que vimos aqui, temos um turismo como ferramenta para a conservação da natureza. E eu defendo que é esse tipo de turismo que devemos buscar cada vez mais nas nossas Unidades de Conservação, trazendo particularmente aqueles benefícios diretos para a conservação.

Nós temos um panorama aqui. Várias outras pessoas já falaram desse panorama geral das Unidades Conservação. Temos as diferentes ecorregiões no mundo. Se formos olhando aquelas categorias de Unidade de Conservação mais restritivas, aquelas de proteção integral, nós veremos um cenário que não é tão favorável assim à proteção da biodiversidade. Temos diversos desafios para a gestão dessas Unidades de Conservação e para o conhecimento sobre as Unidades de Conservação.

Nesta figura aqui, nós também vemos essa tendência do conhecimento, da necessidade de conhecimento sobre as Unidades de Conservação. Temos o *shapefile* delas e sabemos onde elas estão.

Na década de 1990 e na década passada, nós tivemos uma série de avaliações sobre efetividade de gestão, RAPPAM, etc., para sabermos se elas estão minimamente bem geridas.

Agora, nós ainda não conseguimos ou começamos a responder à seguinte questão: Será que essas unidades de conservação estão contribuindo para a conservação? Vimos análises com sensoriamento remoto e análise de satélite. Com



isso, conseguimos entender o desmatamento e os focos de calor dentro e fora das Unidades de Conservação.

Como o Paulo, do ICMBio, falou, nós estamos começando a gerar dados sobre o monitoramento da biodiversidade. Quanto aos elementos que estão dentro da Unidade de Conservação, razão pela qual ela foi criada, será que estamos conseguindo conservar as espécies da fauna e da flora? Ainda estamos começando a levantar esses dados de forma mais ampla. Um desafio ainda maior é entender quais são os custos e quais são os benefícios para as populações locais.

É interessante vermos que, quando encaramos o ecoturismo com aqueles fundamentos, trazendo benefícios para as populações locais e benefícios diretos para a conservação, seguimos o mesmo caminho em direção ao que precisamos saber e ao que precisamos avançar em termos de conhecimento e de prática para as Unidades de Conservação.

Para finalizar, há dois eslaides sobre as tendências das unidades de conservação. Como o Fernando já falou, nós temos uma tendência clara de aumento da visitação nas Unidades de Conservação, particularmente nos parques nacionais.

Neste estudo aqui, nós vemos, na América Latina, um aumento tanto em termos do número total de visitantes quanto da população *per capita*. Sabemos que a população e a visitação estão aumentando nas áreas protegidas. Esse artigo veio em resposta a alguns estudos que falaram que, nos Estados Unidos e na Europa, a visitação estava diminuindo nas Unidades de Conservação. Este aqui foi um estudo mais completo. De fato, constatou-se que isso não é verdade. A população está aumentando, e a visitação está aumentando em uma taxa ainda maior, particularmente nesses países, nesses continentes.

Na Austrália e na América do Norte, a taxa de visitação nos parques nacionais não está aumentando tanto, mas, em outras áreas, tem aumentado. Isso não está contabilizado neste estudo.

No gráfico à direita, nós vemos a visitação nas Unidades de Conservação do Brasil. Essa diferença entre a barra escura e a barra cinza corresponde ao que não é em parques nacionais. O parque nacional é uma categoria muito especial para trabalharmos, porque há proteção integral — o território é muito importante para a



conservação da biodiversidade — e, particularmente, porque é onde está acontecendo a visitação. A oportunidade de unirmos essas agendas para o desenvolvimento sustentável e para a conservação da biodiversidade é muito grande.

Nós sabemos que essa tendência à visitação é muito grande, tanto em termos de turismo doméstico — temos o número de desembarques aumentando pelo menos cinco ou seis vezes na última década, inclusive com as pessoas procurando essas áreas — quanto em termos de turismo internacional.

Quanto a uma maior participação pública, nós temos que encarar a forma de gerir as Unidades de Conservação de modo diferente, particularmente os parques nacionais, entendendo que temos que abrir, que temos que integrar mais a população, para proporcionarmos diferentes oportunidades de recreação nessas áreas.

Nós temos um público composto por visitantes que, cada vez mais, têm um nível de instrução maior. Se pegarmos um perfil básico dos visitantes das Unidades de Conservação, entre 70% e 90%, veremos que, muitas vezes, eles têm ensino superior completo, estão cursando ou têm ensino superior completo ou estão concursando pós-graduação. Esse nível de instrução vai aumentar cada vez mais. E essas pessoas querem saber cada vez mais. Elas querem ter informações mais qualificadas sobre a natureza, sobre os problemas ambientais, e querem ter serviço de mais qualidade.

As pessoas querem ter mais acesso à tecnologia. Elas saem de casa querendo reservar os seus pacotes, querendo saber que produto vão contratar e que impacto esse produto vai ter no meio ambiente, que impacto positivo essa escolha do consumo consciente aliado à tecnologia da informação vai trazer para as populações locais, para os projetos de conservação.

Quanto à população de idosos, nós estamos vivendo o debate sobre a reforma da Previdência. Aqui temos uma projeção da população brasileira para 2060. A população de idosos vai crescer cada vez mais. Nós precisamos entender e internalizar isso na gestão das áreas protegidas. Precisamos ter acessos mais fáceis, atividades mais contemplativas e não só de maior esforço físico. Essa é uma



população que também é mais propensa a fazer doações para projetos de conservação, para projetos em que acreditem.

Redução dos custos de viagem e novas tecnologias de viagem. As passagens estão ficando cada vez mais baratas, relativamente, e nós temos tecnologias de viagens modernas — Airbnb, Booking e várias outras tecnologias que as pessoas usam cada vez mais. As unidades de conservação têm que se adaptar a isso. Algumas delas já estão se adaptando, como, por exemplo, o Ecobooking. Quem faz a travessia da Chapada sabe que há um sistema de reservas que funciona em diversos parques.

Nós temos que usar a tecnologia da informação a favor da visitação e a favor da gestão dos parques e das Unidades de Conservação. O GPS, os *smartphones* e outras tecnologias estão cada vez mais acessíveis e mais baratos. Isso pode ser favorável tanto para os visitantes quanto para a gestão das áreas protegidas, com a coleta de dados, a troca de informação em tempo real, etc.

A tendência muito clara que nós temos — todo mundo já viu aqui — é que vamos ter, cada vez mais, um fluxo maior de visitantes nas Unidades de Conservação e recursos cada vez menores. Essa é uma tendência clara. É inexorável, de fato, que não vamos ter recursos. Vamos ter cada vez menos recursos e precisamos nos adaptar a isso. Precisamos desenvolver novas habilidades nos gestores, buscar novas parcerias e estar abertos para as parcerias público-privadas, entendendo como fazer e qual a melhor forma para trazer esses benefícios para a conservação e para as populações locais.

Eu acho que é isso, pessoal. Quero agradecer a oportunidade. Estou à disposição.

Reforço que é muito importante levantarmos dados. Essa interface entre turismo e Unidades de Conservação é uma área de conhecimento, uma área de pesquisa muito recente no mundo, particularmente no Brasil. Então, possíveis apoiadores, doadores, ONGs, instituições do Governo, nós precisamos investir em levantamento de dados e em produção de conhecimento sobre turismo em Unidade de Conservação de forma qualificada, com dados quantitativos e qualitativos para gerir cada vez melhor essas áreas e proporcionar ganho para todos.

Obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, André.

Quero registrar a presença dos Deputados Augusto Carvalho, Carlos Gomes, Josué Bengtson, Marcelo Aguiar, Ricardo Izar, Roberto Balestra, Valdir Colatto, Mauro Pereira, Leonardo Monteiro, Marcelo Álvaro Antônio, João Daniel, Wilson Beserra, Adilton Sachetti, Heitor Schuch, Edmilson Rodrigues, Miguel Haddad, Paulo Foletto, Carlos Henrique Gaguim, Evair Vieira de Melo, Tenente Lúcio e Weliton Prado.

Nós temos aprovado requerimento nesta Comissão para a realização de um seminário específico sobre turismo de base comunitária, quando poderemos afunilar esse tema do potencial do turismo nas Unidades de Conservação. Provavelmente em meados do semestre que vem.

Este seminário faz parte de toda a programação da Comissão para a Semana do Meio Ambiente. Amanhã haverá continuidade com um seminário específico sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável. Todos sabem dessa Agenda 2030 do qual o Brasil é signatário e cuja agenda será acordada no âmbito da ONU. Quando vemos os 17 objetivos, percebemos que há uma contribuição muito grande do Brasil do ponto de vista do Governo, da sociedade civil, das empresas. Nossa única preocupação nessa conjuntura é não sabermos se estamos no rumo de cumprir com as metas que acordamos lá. É a mesma história do nosso compromisso em relação às metas da NDC — Contribuição Nacionalmente Determinada, do Acordo de Paris sobre o clima. Estamos nessa rota.

Quero levantar o assunto já que vários palestrantes a ele fizeram referência. A ideia deste seminário era mostrar o lado positivo das Unidades de Conservação. Aqui acho que todos tiveram oportunidade, aqueles que estão assistindo à reunião pela *TV Câmara* e aqueles que nos acompanham pela Internet, de ver a contribuição da redução do desmatamento, da proteção da biodiversidade, viram alguns exemplos do potencial de inclusão social, de geração de emprego e renda. Há um papel extraordinário. Era essa a ideia.

Não devemos perder também a noção do momento que estamos vivendo. Como foi citado aqui, alguns projetos de lei e medidas vieram no sentido de redução. E eu queria citar outros que dialogam de certa forma com essa perspectiva.

Agora à tarde, ao sair daqui eu vou direto para uma Comissão que vai votar



um relatório e um projeto de cultivares, e alguém pode perguntar o que isso tem a ver. Tem a ver porque, dependendo do projeto de lei que sai nesta Comissão, você restringe drasticamente a possibilidade de diversidade da agricultura. E o projeto que está sendo votado lá é um projeto desenhado pelos interesses da Monsanto, da Syngenta e da Cargill, que querem ter o controle da produção de sementes. E a gente sabe que, dentro e inclusive no entorno dessas Unidades de Conservação, existem ali as populações tradicionais da agricultura familiar, que têm um papel extraordinário que toda humanidade vem fazendo há 12 mil anos, desde que começaram a domesticar aquilo que comemos hoje, aquilo que é fundamental para o futuro.

Estou levantando essas questões porque elas estão aqui. Também deve sair nos próximos o relatório da Comissão Especial que quer atualizar a legislação do agrotóxico. E essa atualização — vocês sabem o que significa — quer mudar o nome para fitossanitário, para ser um nome bonito — parece nome de remédio — e possibilitar a liberação de novos venenos ou de venenos atuais para novas culturas, mesmo sabendo que somos o campeão mundial no consumo de veneno. Sabemos das consequências e do custo disso para a sociedade, em função das doenças causadas pelo excesso de venenos que consumimos no alimento que vai para a nossa casa. Sabemos hoje que a principal causa de poluição, de contaminação dos mananciais no País inteiro são os agroquímicos. Então, isso deve sair logo.

Hoje numa negociação conseguiram agendar para mais duas sessões a votação do projeto de lei do licenciamento. Esse, sim, é drástico, porque ele põe por terra todo o acúmulo que temos do ponto de vista da legislação ambiental. Então, é um libera geral para qualquer tipo de empreendimento em qualquer área — aquela coisa.

Para o que eu quero chamar atenção aqui? Nós estamos numa crise econômica forte, numa crise política muito forte. Há um setor deste Congresso Nacional capitaneado principalmente pela bancada ruralista que, neste momento de Governo fraco sem legitimidade popular, está aproveitando para enfiar goela abaixo e para aprovar muita coisa que, com certeza, não tem o apoio da maioria da população brasileira. Eu estou falando aqui especificamente da agenda socioambiental. Sabemos que esse processo só vai ser interrompido se houver o



apoio forte da população brasileira. Aqui, no Congresso, dificilmente vamos conseguir segurar essa agenda, pela composição do Congresso Nacional, pelo compromisso inclusive da maioria desses aqui em votar outros projetos do ponto de vista da reforma econômica, que também não é de interesse da maioria da população brasileira. Então, estamos numa conjuntura ruim.

Nós temos que entender, do ponto de vista da pauta específica, que precisamos logo de um governo que tenha legitimidade popular, que seja eleito diretamente pela população. E a população deve participar ativamente, ajudar neste embate para segurarmos este processo — meio esquisito — de retrocesso que está em andamento nesta Casa.

Eu quero agradecer imensamente aos amigos, aos palestrantes que vieram contribuir com este debate. Este material das apresentações, as falas, a partir de amanhã, estará disponível na Comissão para consulta. Nós vamos tentar verificar se é possível sistematizar alguma coisa. Existem alguns limites aqui dentro para produzir, mas, de qualquer forma, parte dessas audiências está na Internet, está na *TV Câmara*, que as utiliza para programação. É importante que as pessoas também divulguem isso aqui.

Tivemos oportunidade de ver muitas coisas. Às vezes, as pessoas pensam naquela coisa de Unidade de Conservação. Mas isso dialoga com aquilo que nós precisamos reinventar, para pensarmos em outro modelo de desenvolvimento que não seja gerador de riqueza concentrada, de destruição dos recursos naturais, como temos visto ao longo dos últimos 500 anos.

O Brasil, com esta megasociodiversidade, com esta megabiodiversidade, é o caminho para pensar em outra Nação, outro País que seja mais inclusivo, que diminua drasticamente as diferenças, do ponto de vista da renda, e principalmente de respeito a esta diversidade que nós temos. Temos um caminho por aí.

Agradeço a presença de todos que nos acompanharam. Mais uma vez, obrigado pela contribuição que trouxeram aqui. Vamos, nesta caminhada, juntos. Acredito que estamos no caminho certo. No final, teremos a vitória.

Obrigado. Um abraço. (*Palmas.*)

Está encerrada a reunião.